

LUCAS SAMUEL QUADROS

CONSERVAR E REPARAR A SAÚDE:
AS LEITURAS E O OFÍCIO DE UM MÉDICO ILUSTRADO
NAS MINAS COLONIAL

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto

2013

LUCAS SAMUEL QUADROS

CONSERVAR E REPARAR A SAÚDE:
AS LEITURAS E O OFÍCIO DE UM MÉDICO ILUSTRADO
NAS MINAS COLONIAL

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto

2013

RESUMO:

O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina luso-brasileira na América Portuguesa após as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772. Para tanto, tomará como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do Brasil colonial nos fins do século XVIII, o estudo de caso da trajetória profissional e social do médico doutor Luís José de Godói Torres, formado pela sobredita universidade. Intenta-se analisar, através do estudo biográfico do Dr. Godói, o esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos, explorando como realmente as práticas e leituras medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais da América Portuguesa e das Minas no período.

Palavras-chave: História da medicina; Reformismo Ilustrado; Minas colonial.

ABSTRACT:

This research is to propose and discuss the main issues reflexes medicine Luso-Brazilian Portuguese in America after the reform of the University of Coimbra in 1772. Therefore, take as a thread of understanding of complex medical context of colonial Brazil in the late eighteenth century, the case study of the trajectory of social and professional medical doctor Luís José de Torres Godói, formed by the aforesaid university. Intends to analyze, through biographical study of Dr. Godoy, the State's effort to instruct Lusitanian and institute a medical illustration in the mold of the overseas dominions, really exploring how the practices and medicinal readings gave up in the vast geographical and cultural diversities in natural and Luso-America and Minas in the period.

KEYWORDS: History of medicine; Reformism Illustrated; colonial Minas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais, por todo aprendizado, pelo apoio incondicional desde sempre e pela oportunidade de realização desta graduação. Da mesma forma, sou grato a meus irmãos, pela presença e suporte em todos os momentos da minha vida.

Agradeço especialmente, à Simone, minha futura – e brilhante – médica, que me mostra a cada conversa que a História da Medicina é de uma importância e vivacidade que nunca cessará ao presente. Agradeço pelo apoio e companheirismo em todos os momentos da realização desta monografia.

Agradeço também, à amiga e mestra Maria Cristina, que me deu a primeira oportunidade na vida acadêmica e em todos esses anos me ensinou a seriedade da realização de uma pesquisa. Sem ela, a feitura deste trabalho seria impossível.

Sou extremamente agradecido ao Álvaro, por ter acreditado no projeto desde a sua forma mais incipiente. Sem as suas contribuições, correções, edições e sugestões, jamais seria viável a realização do mesmo.

Devo muito também a Carla, minha grande amiga e incentivadora desde sempre. Cada agradável conversa que temos sobre nossas pesquisas, é uma produtiva interlocução. E a partir de muitas dessas conversas, escrevi páginas e páginas do texto que se segue. Da mesma forma, foram valiosas as contribuições de Ricardo “Nescau” e André. Espero que possamos dialogar e coadunar nossas pesquisas por muitos anos.

As contribuições de Fabiano e Moacir também se mostram presentes neste trabalho. Além das preciosas dicas, aos dois devo a oportunidade de aprendizado e conhecimento acerca de discussões e fontes que trabalharei em empreitadas futuras.

Agradeço também aos professores Jean, Cláudia, Andréa, Rita, Marco, Crisoston, Francisco Pinto e Francisco Moura. Diretamente ou indiretamente a esta monografia, o aprendizado de todas essas conversas e disciplinas foi importantíssimo.

Presto minha gratidão também a Aline, pela atenta leitura e correção do texto. Seus apontamentos acerca das passagens emaranhadas foram importantes para a clareza da exposição das ideias. Da mesma maneira, agradeço a Renan pela ajuda na formatação do texto.

Impossível e imperdoável seria esquecer-me dos meus companheiros de iniciação científica, Vinícius e Kelly, a quem para mim, sempre foram exemplos de brilhantismo e dedicação.

Da mesma forma, presto a minha gratidão aos que começaram comigo, e com os quais muito aprendi. Fabrício, Renata, Larissa, Wéllington, Soraya e Flávia foram deveras importantes a minha formação.

Impossível esquecer-se das agradáveis e produtivas tardes ao som do Órgão da Sé na companhia de Elias, Marileide, Taciana, Nicole, Pedrão, Tatiany, Lídia, Dejanira, Iara, Luiz Fernando, Gabi, dentre outros, que tanto foram importantes na conformação deste trabalho.

Também agradeço ao corpo de funcionários da Casa Setecentista de Mariana – Cássio, Raquel, Débora, Consolação, Helena, Pedro e Maria Izabel – e da Casa dos Contos de Ouro Preto – Ângela, Leonardo, Conceição, “Careca”, Sabino e Nestor.

Deixo também minhas saudações a todos do 09.1 de História da UFOP. Foram divertidos anos de muito estudo, aprendizado, trabalhos, festas e confraternizações. Aqui neste texto, há um pouco de cada um.

Agradeço aos funcionários da instituição, sobretudo Lindomar, Clélia e Maria Luiza pelas ajudas nos turbulentos processos de formatura.

E por último, e não menos importante, deixo aqui meu agradecimento as casas que me acolheram nestes anos de graduação – Kamikaze, Suassuna, Everest, e especialmente, minha eterna e gloriosa casa República Vúlvaros. As prosas, risadas e cafés foram fundamentais aos descansos que serviu de motriz para realização desta monografia.

Agradeço também à oportunidade de conhecer Luis José de Godói Torres. Ele se mostrou um fiel – não muito, talvez – companheiro nos últimos meses. Conheci através dele um sujeito dedicado aos seus propósitos. Conheci mais acerca de toda uma época de extrema importância na História do Brasil, além de ser apresentado a uma família bem peculiar. Espero ter reconstruído sua história à altura merecida.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – Das artes de curar às artes de governar: estudos biográficos e a história da medicina nas Minas colonial	12
1.1 - Apresentação	12
1.2 – Balanço historiográfico da história da medicina na América Portuguesa e nas Minas setecentistas	14
1.2.1 – História e historiografia da medicina nas Minas: a administração e sujeitos	22
CAPÍTULO 2 – A vida profissional nos primeiros anos e ascendência familiar de Luis José de Godói Torres	30
2.1 – O início de uma carreira	30
2.1.1 – O Horto Botânico de Vila Rica e as plantas medicinais	33
2.2 – A gênese familiar de uma trajetória	38
2.2.1 – O avô	39
2.2.2 – A mãe	45
2.2.3 – O pai	48
2.2.4 - Luis José: o herdeiro, o filho, o irmão, o neto e o futuro médico	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
TABELA 1 – Estudantes mineiros matriculados na Universidade de Coimbra em 1784	62
ILUSTRAÇÃO	34
FONTES MANUSCRITAS	66
FONTES IMPRESSAS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

INTRODUÇÃO

O estudo que se segue tem como objetivo compreender a complexidade do contexto medicinal luso-brasileiro nos fins do século XVIII e início do XIX. A partir dos vestígios que foram deixados pela vida pessoal e profissional do médico Luís José de Godói Torres, tentar-se-á entender, concomitantemente, quais foram as influências do Pombalismo – consequentemente, as Reformas Universitárias de 1772 – nas práticas medicinais na América Portuguesa. Trazendo à luz da discussão não apenas os impactos que causaram na medicina como profissão, mas também como se deram essas questões no que diz respeito ao benefício à saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é tentar trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas colonial, analisando o legado familiar, as multifacetadas da formação, as leituras e formas de obtenção de prestígio adotadas pelo Dr. Godói.

Optou-se neste estudo biográfico não fazer uma trajetória integral e exata da vida do médico. Estabeleceu-se assim, um recorte oscilante que perpassa desde acontecimentos anteriores ao nascimento de Godói e que de alguma maneira colaboram à sua formação familiar e profissional. Os principais fatores que corroboraram a iniciativa de não se traçar uma linha cronológica exata entre nascimento e morte do Doutor foram que: dentro do que se propõe neste estudo – discutir acerca da História da Medicina em Minas colonial – a narrativa linear incutiria o risco de se impossibilitar ou limitar o diálogo claro entre as fontes e a bibliografia específica do tema. Ademais, tratar apenas da vida do Doutor, limitaria a discussão de várias questões que se faziam presentes no cotidiano de Luis Godói e da sociedade em que vivia antes mesmo de ser nascido.

Os feitos do avô, as estratégias de (sobre) vivência da mãe e a notoriedade econômica do pai – que foi fundamental à sua formação – teriam de ser injustamente preteridas, o que empobreceria o estudo, já que nas sociedades de Antigo Regime, o legado familiar é capaz de dizer tanto sobre o sujeito quanto a sua própria trajetória. Ao mesmo tempo, a ação dos indivíduos dentro do contexto que os circunda é capaz de explanar os mais complexos desdobramentos de acontecimentos sociais, inclusive o deste caso: a medicina. No estudo da trajetória do Dr. Godói, em concomitância ao estudo da História da Medicina, uma cadeia de personalidades, fatores e acontecimentos

se emaranharam e necessitaram ser desemaranhados, para que assim fossem desvelados os principais fatores que permeavam as formações, ascensões e práticas sociais de um indivíduo da medicina no período colonial.

Para isso, foram analisados documentos avulsos de várias séries documentais de arquivos históricos que poderiam constar informações acerca da vida de Luís José de Godói Torres e de pessoas ligadas a ele. Buscou-se informações tanto acerca do indivíduo principal, quanto de pessoas que de alguma maneira estiveram correlacionadas com a trajetória do médico, tanto em sua vida profissional, quanto na sua formação e gênese familiar, inclusive explorando-se muitos fatores provenientes de quando Godói sequer era nascido.

A origem do estudo se deu nos trabalhos práticos da pesquisa de iniciação científica intitulada *Levantamento e catalogação de fontes para o estudo da História dos Corpos na Comarca de Vila Rica(1700-1808)*¹, onde na documentação do final do século XVIII o Doutor Luis José de Godói Torres foi citado num processo de inventário. Nesse período dos trabalhos, a existência de médicos formados na Europa no Termo de Mariana era quase desacreditada, e quando aparecido o nome do Dr. Godói, passou-se a buscar intensamente mais informações sobre a existência do médico².

O primeiro passo foi a análise do inventário *post-mortem* do Dr. Luis José. Encontrou-se um processo bastante completo, com descrições de bens e testamento recheados de informações pessoais e profissionais sobre o doutor. O que mais chamava a atenção no processo, sem dúvida, era a notável biblioteca do médico, que constava ter 98 tomos divididos em 38 títulos de variados autores, proporcionando a Godói um universo de leitura extremamente diferenciado para época.

Nessa parte, a pesquisa contou com a valiosa ferramenta do *Google Livros*³. O site hoje disponibiliza integralmente digitalizados inúmeros títulos dos séculos XVIII e XIX, época de onde se provêm todos os títulos da biblioteca do Dr. Godói. O mesmo serviço de digitalização dos acervos históricos impressos acontece também na

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo a pesquisa do Estado de Minas Gerais e orientada pela Prof. Dra. Maria Cristina Rosa do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto. Esta pesquisa em que fui bolsista de iniciação científica teve como objetivo central a realização e publicação de um catálogo de fontes primárias capazes de amparar e suscitar pesquisas sobre a temática da História da Saúde e da Doença na Comarca de Vila Rica no período colonial. Ver: www.nec.ufop.br/catalogo.

² A partir desse momento, já contava com a orientação para trabalho de conclusão de curso do Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

³ http://books.google.com.br/advanced_book_search?hl=pt-BR

Biblioteca Nacional de Portugal⁴ e na Biblioteca Nacional de España⁵. Infelizmente, não foram encontrados todos os títulos descritos na biblioteca do médico. E mesmo se fossem, seria inviável a análise de todos os livros para o propósito desse estudo, em razão da variedade de subtemas que tratam. Por isso, foram selecionados para incursão os títulos que estavam de acordo com as principais discussões e preocupações da medicina no período em que se deu a formação e atuação do Dr. Godói para que assim pudesse se aproximar mais nitidamente o universo de leituras do doutor do seu cotidiano prático.

Ao mesmo passo, foi-se em busca dos inventários dos familiares próximos dos Dr. Godói, e à medida que os processos iam sendo analisados, mais nomes iam aparecendo, e mais a teia relacional do médico ia sendo ampliada. Dessa maneira, aos poucos, quase sob as ordens das fontes, a pesquisa ia deixando de ser um estudo detalhado de caso – possivelmente que constariam mais outras trajetórias de sujeitos dos ofícios da cura – para se tornar um trabalho biográfico de História da Medicina.

Privilegiou-se nas leituras dos autos de inventários, a análise mais detida das descrições de bens, das partilhas, e nos testamentos quando existiam. Buscava-se informações acerca das vontades testamentárias, a riqueza material da família demonstrada pelos itens arrolados, títulos e dívidas, e os beneficiados nas divisões entre herdeiros.

A pesquisa mostrou seus primeiros problemas na série documental quando pesquisado o catálogo de ações cíveis da Casa Setecentista de Mariana, onde se encontrou poucos registros de movimentações judiciais de Godói e seus familiares. É bem provável que os nomes procurados constem em mais processos do acervo, porém, entre mais de 20 mil referências de um catálogo em processo de elaboração, torna-se quase impossível se fazer uma triagem satisfatória de autos a serem analisados, ainda assim, foram encontrados alguns em potencial.

Outro ponto de dificuldade se deu basicamente pelo mesmo motivo, só que dessa vez nos registros de batismo, matrimônio e óbito do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. As séries e subséries que constam as paróquias, localidades e recortes temporais dos registros estão fragmentadas em vários livros, que em muitos dos casos, têm grandes falhas cronológicas. A inexistência de um catálogo de consultas onomástico dificulta bastante a tarefa de identificação do acervo dentro do tema

⁴ <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

⁵ <http://bdh.bne.es/bnesearch/>

proposto. Pouco do que se necessitava foi encontrado, fazendo que em muitas vezes durante a narrativa sejam estabelecidas estimativas acerca dos nascimentos, matrimônios e óbitos que permeiam o estudo.

Quando analisadas as documentações do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) e dos manuscritos da Biblioteca Nacional, estabeleceu-se definitivamente que apenas a trajetória pessoal e científica do Dr. Luís José seria capaz de amparar as principais discussões acerca da História da Medicina nos finais do século XVIII e início do XIX. Nesses dois acervos estão presentes documentos fundamentais à continuidade da pesquisa.

No Arquivo Histórico Ultramarino estão petições de concessões de cargos e estratégias de ascensão profissional. Muitas dessas presentes entre correspondências e documentos anexos das Câmaras de Mariana e Vila Rica com o governo da capitania de Minas Gerais e a Administração Portuguesa. Destaque para o diploma de Godói que se encontra anexado numa representação

Na *Coleção Casa dos Contos e Documentos Biográficos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontraram-se outra gama de correspondências que versavam sobre as formas e gastos que Godói e família tiveram para sua formação em Coimbra e algumas de suas ações como médico em cargos públicos na Capitania de Minas Gerais.

Ainda sobre a formação de Godói, o terceiro tomo dos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772 – Curso das Ciências Naturais e Filosóficas* foi outra importante fonte que subsidiou parte das discussões acerca das principais rupturas e rumos que a medicina luso-brasileira tomaria na segunda metade do século XVIII. Sobretudo levando em conta a formação dos sujeitos da medicina nos seus moldes científicos.

Num plano geral, o saldo do percurso metodológico foi positivo. Do contrário o tipo de estudos que se optou por fazer seria impossível. Mas mesmo as dificuldades de lida com as fontes primárias se tornaram tópicos de discussão durante a narrativa. Tentou-se trazer à apreciação o que há de mais atualizado na bibliografia específica do tema, sem se esquecer dos textos clássicos tanto do estudo da História da Medicina, quanto de Minas e do Brasil Colonial.

Nesse sentido, o objetivo do capítulo 1 é apresentar o estudo que se segue colocando-o em diálogo com os principais autores e preocupações de uma historiografia recente da medicina no período colonial. Abordando questões acerca das metodologias,

temáticas e argumentos de autores que se dispuseram a discutir as relações da saúde, doença e práticas de cura na América Portuguesa e em Minas Gerais do século XVIII.

O capítulo 2 tem como intuito apresentar os principais personagens da teia relacional do médico Luis José de Godói Torres, incluindo a apresentação do mesmo. Teve-se como objetivo explicar como o legado familiar do médico influenciou na sua formação e atuações, e como o Doutor apropriou-se do seu passado familiar para obter privilégios e concessões. Fez-se um pente fino dos registros das movimentações econômicas e sociais da família de Godói na tentativa de se reconstituir as raízes da árvore genealógica do médico.

As tentativas de estabelecimento de relações entre a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 e os reflexos gerados nas questões medicinais em Minas colonial nortearam este estudo. Portanto, tomar-se-á o caso sobredito, como um fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal da América Portuguesa pós Reformas Pombalinas e Universitárias, tentando abordar o esforço do Estado em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos. Entendendo também como realmente as práticas e leituras medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais do Brasil, mais especificamente Minas Gerais, no final do século XVIII e início do XIX.

CAPÍTULO 1 – Das artes de curar às artes de governar: estudos biográficos e a história da medicina nas Minas colonial

1.1 – Apresentação

O médico Luís José de Godói Torres foi uma das mais notórias figuras das Minas no que diz respeito à medicina mineira no período colonial. Formado na Universidade de Coimbra reformada segundo os estatutos de 1772, a trajetória profissional do Dr. Godói é marcada por um amplo leque de atuações dentro da medicina e áreas que se correlacionavam com ela no período em que se trata. Até onde se sabe, nenhum outro médico egresso de Coimbra após as Reformas de 1772 alcançou tão altas distinções dentro do cenário medicinal mineiro.

De volta ao Brasil, o médico se viu inserido numa ambiência de escassez medicinal especializada e oficializada. Logo, o Dr. Godói passou boa parte da sua vida profissional na condição de único médico formado na universidade de Coimbra, exercendo o ofício nos Termos de Mariana e Vila Rica. Este fator propiciava diversas oportunidades de ascensão no seu ofício, uma vez que a política pombalina estabelecia critérios científicos nas escolhas dos cargos públicos da administração portuguesa. Desta forma, os primeiros campos de atuação foram galgados, petições foram efetuadas, contatos foram estabelecidos, cargos foram concedidos e feitos foram realizados.

Para além das questões profissionais, pretende-se analisar questões do foro íntimo do biografado. Além de médico, Luis José de Godói Torres, o Dr. Godói, como era comumente tratado, foi neto, filho, sobrinho, irmão, amigo, estudante e leitor, e a cada uma dessas personalidades se associavam fatores e comportamentos específicos, que de diversas maneiras, muito influíram na sua carreira.

Os feitos do avô, as estratégias de (sobre)vivência da mãe, e a notoriedade econômica do pai⁶ – que foi fundamental à sua formação – não poderiam ser preteridas sob pena de empobrecer o estudo, já que nas sociedades de Antigo Regime, o legado

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 8; 1799.

familiar é capaz de dizer tanto sobre o sujeito quanto a sua própria trajetória. Ao mesmo tempo, a ação dos indivíduos dentro do contexto que os circundam é capaz de apresentar os mais complexos desdobramentos de acontecimentos sociais presentes nas sociedades, inclusive o deste caso: a medicina. No estudo da trajetória do Dr. Godói, em concomitância ao estudo da História da Medicina, uma cadeia de personalidades, fatores e acontecimentos se emaranham e necessitavam ser desemaranhados, para que assim fossem desvelados os principais fatores que permeavam as formações, ascensões e práticas sociais de um indivíduo da medicina no período colonial.

Ao mesmo passo, outro fator que Godói provavelmente começou a formar na Universidade foi a sua admirável biblioteca. No período em Coimbra, provavelmente constituiu-se maior parte da notável biblioteca do bacharel. Constituído por 92 tomos divididos em 38 títulos⁷, o universo de leitura do Doutor, pode ser considerado de ponta para o período, e conseqüentemente um elemento de distinção social, levando em consideração o acesso à leitura, em maior parte estrangeira, numa sociedade basicamente iletrada.

As leituras de autores como Willian Cullen, Tissot e Boerhaave, ambos autores embasados de ideais profiláticos do final do século XVIII, denotam que basicamente as leituras do médico permeavam o que estava em voga nas discussões medicinais do período: a ideia da instrução de prevenção de doenças aos povos mais longínquos para que esses figurassem como seus próprios médicos. Inclusive, eventualmente, constavam nesses tipos de obras inventários de plantas medicinais normalmente acessíveis, bem como formas simplificadas de preparação e dosagem dessas substâncias medicinais.

A ideia é tentar apreender através da análise dos conteúdos da literatura conferida na biblioteca de Godói, não apenas as principais discussões medicinais do período. Pretende-se também discutir acerca da real importância da leitura em sua vida pessoal, e, sobretudo, na profissional. Estabelecendo uma relação entre o universo de leitura e as práticas culturais do Doutor, tentar-se-à identificar através da visível diversidade de títulos, vestígios de estratégias de leituras que extrapolam a própria condição do discurso conferido no livro, entendendo qual era a dimensão e os usos da leitura para além da relação entre leitor e objeto impresso.

Em consonância ao trabalho que se pretende, confere-se recentemente um progresso na utilização das biografias e trajetórias nos estudos de História da Medicina

⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres.

e História da Ciência. Ressalta-se aqui, que, mesmo em panos de fundos dos estudos que têm como propósito desvelarem acerca das instituições e legislações científicas e medicinais, frequentemente os autores têm recorrido experiências individuais dos sujeitos que proferiram práticas científicas na História do Brasil colonial e imperial.

1.2 – Balanço historiográfico da história da medicina na América Portuguesa e nas Minas setecentistas

Os estudos sobre a História da Medicina estão em plena consolidação no campo historiográfico brasileiro. Por se tratar de um seguimento de estudo de fronteira interdisciplinar entre as ciências sociais e as ciências da saúde, as discussões acerca da Medicina na história têm sido progressivamente adensadas, tendo os enfoques privilegiados, sobretudo na História Cultural. E os programas de pós-graduação ou linhas subtemáticas interessadas na História da Medicina – como no caso do Programa de pós Graduação da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz e da linha *Ciência e Cultura na História* da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – tornam o seguimento de estudo cada vez mais discutido nos meios acadêmicos⁸.

Partindo do pressuposto de que a História Cultural tem a pretensão de desvendar e entender os sentidos das vidas do passado e oferecer respostas sobre a organização formal das ideias e práticas sociais e culturais⁹, o intuito do texto que se segue é tentar entender como se davam essas formalidades, resistências, diálogos e estratégias no âmbito da medicina em Minas no período colonial. Tendo isto em mente, tem-se a oportunidade de discutir não apenas práticas e técnicas medicinais, mas também acerca do conhecimento de medicina, por parte de um sujeito que a proferiu. Entendendo assim, qual a legitimidade, o reconhecimento, a inserção social e cultural deste conhecimento, e, sobretudo, sobre as formas e disputas de poder que também envolviam a medicina no período colonial. Questões essas, que no caso das leituras, práticas e até mesmo do retorno econômico que a profissão propiciava, extrapolavam os fatores práticos, simbólicos, visíveis e invisíveis da vida em sociedade¹⁰.

⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Reflexões sobre os caminhos da história da medicina no Brasil. In: CONDÉ Mauro Lúcio Leitão e Figueiredo, Betânia Gonçalves. (Orgs.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2005; v. 01, pp. 147-170.

⁹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

Para melhor entender-se como essa historiografia têm se organizado, sobretudo nos últimos anos, acredita-se que seja didático destacar três aspectos principais que têm norteado maior parte das discussões, e que de alguma maneira, são fundamentais a compreensão deste trabalho. São eles: (1) a questão das leituras medicinais no período colonial, (2) os diferentes saberes medicinais que se conformavam na América Portuguesa e (3) a ação da administração lusitana no que diz respeito às práticas de cura e seus diferentes agentes.

No primeiro deles, pode-se dizer que as leituras e o conhecimento medicinal que circulavam na América Portuguesa têm tomado grande atenção dos autores, tanto no que diz respeito à análise dos livros – a própria literatura medicinal como tema/problema –, quanto nas inúmeras possibilidades de se embasar outras discussões de temáticas relacionadas à medicina.

Nesse tocante, destaca-se o trabalho de Júnia Ferreira Furtado que se mostra dedicado à analisar os escritos do primeiro tratado de medicina prática feito com base em experiências curativas na América Portuguesa¹¹. A autora é responsável pela organização da publicação do *Erário Mineral*, de obra de Luís Gomes Ferreira, onde estão contidos mais do que relatos técnicos medicinais, mas também concepções medicinais e culturais da primeira metade do século XVIII. O estudo de Gomes Ferreira serviu de referencial para gerações e gerações subsequentes de oficiais de cura que em Minas atuaram.

Posteriormente, Furtado ampliou as discussões trazendo à luz da análise, os escritos de outros importantes autores de obras medicinais no século XVIII. A autora trata que as oportunidades de enriquecimento que a mineração ofertava, trouxe para Minas um grande êxodo de pessoas livres e escravos. Acompanhado a isto, diversas manifestações de doenças causadas pelo *rush* demográfico de pessoas com formas de alimentação, vestimentas e moradias majoritariamente precárias, transformariam Minas Gerais num fértil laboratório de experimentos práticos de alguns conhecidos médicos e cirurgiões da América Portuguesa. Para tanto, Furtado esmiúça os tratados de cirurgia prática de 3 autores que em Minas curaram e publicaram seus casos, métodos e resultados. São estabelecidas assim, pequenas trajetórias, recortadas no tempo em esses sujeitos praticaram de cura em Minas; à saber foram: o sobredito Luís Gomes Ferreira e o *Erário Mineral* (1735); José Antônio Mendes e seu *Governo de Mineiros* (1770); e

¹¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. 1ª edição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

João Cardoso de Miranda que escreveu *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica* (1741)¹².

Realça-se ainda o trabalho de Jean Luiz Neves Abreu¹³. O autor procurou debruçar-se em uma ampla gama de livros e manuais impressos do século XVIII que versavam sobre variados temas da medicina. Desta forma, Abreu explana sobre como se deu o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII, tendo como marco referencial as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. O autor traz um denso diálogo entre como se davam as práticas anteriormente e como passaram a se dar a partir do ano referido. Feito um cuidadoso exame não apenas dos conteúdos dos livros, mas também das trajetórias individuais dos autores e das correntes científicas em que os mesmos estavam inseridos, Jean Abreu, consegue trazer à apreciação aspectos tanto da história intelectual envolta na questão dos livros, quanto da inserção cultural de todo um ideal que tentava-se transmitir através daquela literatura.

Ainda sobre as leituras medicinais, Abreu propõe que o projeto pedagógico empregado no ensino de medicina pós 1772 ampliou o leque de atuação dos médicos, ocasionando profundas modificações no ofício, sobretudo na busca pela legitimidade dos saberes. Nesse sentido, as leituras medicinais do período são parte fundamental a compreensão dessas mudanças. O conhecimento disseminado pela maior circulação de livros entre os oficiais de cura e a população leiga figurou como a principal estratégia de combate ao charlatanismo. O amparo teórico tomava importante função reordenadora das hierarquias estabelecidas entre o saber científico(livresco) e o saber tradicional(apoiado no costume e na oralidade).

Autores como Antônio Nunes Ribeiro Sanches, Guilherme Buchan e Francisco de Melo e Franco defendiam que os procedimentos de cura deveriam ser claros e inteligíveis a grande população para que esta pudesse se defender das charlatanices que tanto preocupavam os médicos no período. Em consonância a isso, foram publicados vários tratados ditos de medicina doméstica em língua portuguesa no final do século XVIII que conjugavam os conhecimentos científicos da medicina a uma linguagem

¹² FURTADO, Júnia Ferreira. *Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, 2005.

¹³ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

clara voltada para as pessoas das variadas localizações do Reino onde, muitas das vezes, a medicina reconhecida era de difícil acesso¹⁴.

Carlota Boto, da mesma maneira, trouxe importantes contribuições aos estudos de História da medicina colonial em sua tentativa de decifrar os reflexos que as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 no universo intelectual e medicinal na América Portuguesa, sobretudo no que diz respeito das elites letradas¹⁵. A autora trata que, não havendo uma universidade na América Portuguesa, e consequentemente nas Minas, tinha-se como referencial pedagógico – no que toca a formação profissional e o arcabouço teórico – a Universidade de Coimbra. Em consonância, os médicos encarregados de dissiparem o projeto português de modernização do Estado no que diz respeito à salubridade dos povos e às práticas de cura, seriam prioritariamente formados na dita Universidade.

De fato, a leitura no século XVIII destaca-se como um ponto fundamental para a compreensão de um período que para a medicina, foi marcado por disputas e embates de legitimidades de saberes. Nas Minas, tal fato toma uma nuance maior ainda quando considerada a acentuação demográfica que economia aurífera proporcionou. Conformou-se na região notável diversidade étnica, e consequentemente, saberes e concepções acerca de práticas medicinais ali se manifestavam¹⁶. Deste ponto, inicia-se a análise das proposições da historiografia acerca das legitimidades dos saberes; o segundo tópico previamente elencado.

Pode-se dizer que é neste ponto que as análises vêm avançando mais acentuadamente. Destacando-se os estudos propensos ao recorte geográfico das Minas dos setecentos e oitocentos, percebe-se um grande leque de temáticas que vão fundo a desvelar acerca das delimitações e cotidianos de atuação dos diferentes oficiais de cura viviam nas Minas no período sobredito.

Destarte, realça-se a tese de doutorado de Betânia Gonçalves Figueiredo que muito revelou sobre a pluralidade dos saberes e ofícios de cura se organizaram nas Minas do século XIX. Apesar de se tratar de um estudo que versa apenas sobre os oitocentos, o caráter inaugural percebido no trabalho de Figueiredo o torna imprescindível mesmo a investigações apenas preocupadas com os setecentos. A autora

¹⁴ ABREU, *op. cit.*, pp. 126-7.

¹⁵ BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima(org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011; pp.9-48.

¹⁶ FURTADO, *op. cit.*, 2005.

procura analisar a permanência de práticas não oficializadas de cura que vinham desde o século XVIII e como elas foram paulatinamente se marginalizando no decorrer do XIX. Longe dos já existentes centros de formação medicinal no Brasil – Salvador e Rio de Janeiro –, e já marcados por uma profunda hierarquização social/profissional – ao qual discutir-se-à com mais cuidado logo adiante –, barbeiros, sangradores, cirurgiões e parteiras das Minas atuavam a revelia do que as autoridades tinham capacidade de fiscalizar¹⁷.

Nesse mesmo intuito de desvelar a legitimidade e diversidade de saberes medicinais na América Portuguesa, outros estudos merecem destaque, como a investigação de Vera Regina Beltrão Marques acerca dos boticários setecentistas. A autora preocupa-se em discutir as apropriações de saberes entre os diferentes agentes de cura no Brasil setecentista, principalmente no que diz respeito à utilização de saberes populares – muitas das vezes, não oficializados – por parte dos doutos egressos de Coimbra. Marques trata de medicinas num patamar geral, mas enfocando-se de maneira mais detida nas práticas calcadas no conhecimento das plantas medicinais da flora brasileira no período¹⁸.

Ainda nesta linha de raciocínio, o trabalho de Flávio Coelho Edler é percurso obrigatório para os que se propõe a discutir sobre as plantas medicinais do XVIII. Edler, que faz um breviário ilustrado das práticas farmacêuticas na história do Brasil, da colônia ao século XX, mostra um denso trabalho de análise nas farmacopeias que muito circulavam pelo América Portuguesa nos idos dos setecentos. O autor procura trazer à luz o quão eram conflituosas as tentativas da administração portuguesa em reafirmar saberes medicinais europeus no contexto cultural e natural da América¹⁹.

O que se destaca nesse momento da revisão, é que, os *corpus* documentais utilizados nas pesquisas estão cada vez mais avolumados. Assim, um dos desafios que mais tem sido posto aos historiadores dos saberes medicinais, sobretudo nos últimos anos, é a questão da experiência individual e dos estudos de casos que necessitam às vezes, de tratos exaustivos à grandes fundos documentais.

¹⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 1998. Tese. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

¹⁸ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

¹⁹ EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

Carla Berenice Starling de Almeida, por exemplo, muito desvelou acerca dos saberes medicinais que se conformaram nas Minas do século XVIII a partir de uma notável incursão às coleções de documentos cartorários, eclesiásticos e camarários do sobredito século. Cuidadosa em discutir a questão da mestiçagem cultural no momento da doença, Carla Starling de Almeida traz uma vasta gama de inventários, testamentos, cartas de exame de ofícios, devassas e ações cíveis em seu percurso metodológico. Tem-se como carro-chefe deste trabalho, a apresentação de receituários medicinais setecentistas onde as hibridações culturais entre europeus, africanos e indígenas no que diz respeito às práticas de cura, são mostradas com inegável nitidez²⁰.

Trabalho que também merece destaque pela capacidade de conjugação entre os saberes populares(práticas e oralidade) e os eruditos(livresco e oficializado) é o de André Luís Lima Nogueira. As argumentações do autor acerca de feitiçarias no universo da doença e da cura partem de uma massiva investigação nas devassas eclesiásticas de Mariana dos meados do século XVIII. Nessa documentação, o autor nos apresenta diversos estudos de caso onde, na impossibilidade/incapacidade se realizarem diagnósticos e terapias precisas, as doenças eram qualificadas como provenientes de feitiços e magias²¹.

Nogueira, contudo, não pretere em suas recentes publicações a importância da literatura medicinal especializada do período para se entender o universo social e cultural da doença no século XVIII. O autor proporciona coesos rastros de compreensão das concepções de doenças no período através, mormente, dos escritos de Jean-Barthélemy Dazille²². Nesse momento, o autor mostra a sua clara preocupação em afastar do contemporâneo, as concepções coloniais de doenças. Segundo ele, a condição patológica das diversas enfermidades, não é o objetivo primordial ao historiador, mas

²⁰ ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

²¹ NOGUEIRA, André Luís Lima. *Doenças de feitiço: as Minas setecentistas e o imaginário das doenças*. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n.47, 2012; pp.259-78.

²² Jean-Barthélemy Dazille foi um médico francês que fez importantes contribuições acerca das doenças no contexto da escravidão no Novo Mundo. Sua obra *Observações sobre as enfermidades dos negros: suas causas, seus tratamentos e seus meios de prevenir* foi publicada em francês em 1772, e posteriormente, traduzida para o português pelo cirurgião-mor de Vila Rica, Antônio José Vieira de Carvalho em 1801. O conhecimento sistematizado por Dazille foi de suma importância para o entendimento dos principais achaques que acometiam os escravos em suas duras jornadas de trabalho. Sua obra é referencial para os pesquisadores não apenas do caso da colonização francesa, mas também da portuguesa e espanhola na América. Além de André Nogueira, ver também: EUGÊNIO, Alisson. *As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das Luzes*. **Varia História**, Belo Horizonte, n.23, 2000, pp.154-63; e EUGÊNIO, Alisson. *Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo*. **Varia História**, v.25, n.41, 2009; pp.227-44.

sim as práticas e concepções circunscritas socialmente e culturalmente – e também religiosamente, dentro da especificidade de seu trabalho – quando do enfrentamento da doença²³.

A intenção de Nogueira quanto ao conceito setecentista de doença torna-se um convite a se pensar a própria concepção de medicina no período. Segundo Nogueira, existe uma matriz de pensamento que concebe que a medicina não deve ser entendida como uma ciência da compreensão de fenômenos regulares, ou seja, do funcionamento normal do organismo. O próprio ato de se realizar diagnósticos e terapias dá a medicina uma denotação de ciência da compreensão – e ação sobre – das disfunções do corpo humano²⁴.

Tal afirmativa se torna problemática sob a ótica do século das Luzes em dois aspectos. No primeiro, perde-se de vista a historicidade da saúde. O vício de tentar se conceber a (in)salubridade do passado com a concepção do que é salubre ou não do presente, que Nogueira bem chamou atenção, novamente se manifesta. Mesmo numa sociedade marcada pela precariedade de higiene e assistência medicinal, a conservação da boa saúde deveria ser uma qualidade imanente aos sujeitos de todos os estratos sociais, uma vez que o corpo saudável era tido como

o melhor de todos os bens temporais, sem ele as honras são luzes do sol eclipsado; as riquezas são importunas e as delícias sem sabor. Como na bonança do mar, se conservam os partos dos alcónes, no microcosmo a saúde é uma suave tranquilidade, que aos mecânicos serve para exercitar as artes, aos nobres para cultivar as ciências, aos guerreiros para ganhar batalhas, aos Príncipes para governar impérios e a todos no meio deste vale de lágrimas viverem alegres. Em breves palavras, no estado da natureza, a saúde é o sumo bem do homem e a única coisa que merece que se empregue e empenhe tudo para lograr²⁵.

E no segundo aspecto, em consequência do segundo, incute-se ao erro da supervalorização da doença na história da medicina, e logo, perde-se da discussão, o compromisso de cada sujeito com a conservação de sua integridade física. Atenta-se também, que não é estritamente a doença o objeto da medicina, e sim, o corpo humano e

²³ NOGUEIRA, André Luís Lima. *Universos coloniais e enfermidades dos negros pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, 2012; pp.179-96.

²⁴ O autor se refere especificamente a Ludwik Fleck. Ver: NOGUEIRA, *op. cit.*, 2012: 262. Ver também: FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

²⁵ Verbete: “Saúde”. IN: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1712; pp.514-6.

seu funcionamento. Indício disso, é que já no início do século, compreendia-se a medicina também com sentidos profiláticos, e não apenas combativos.

Pondera-se, contudo, que de fato, a doença é percurso fundamental para a compreensão das práticas médicas. Sem os registros que os achaques deixaram nas documentações cartorárias, eclesiásticas, camarárias e civis, o estudo de boa parte das temáticas, inclusive apresentadas aqui, seriam inexequíveis. Porém, “a arte e ciência de excogitar e apontar remédios para conservar no corpo humano a saúde que tem, e, para restituir a que lhe perdeu”²⁶ também era entendida pelo esquivo da doença. Desta forma, caminha-se para o terceiro tópico – e o mais importante dentro deste estudo – para a compreensão do patamar em que a historiografia da medicina nas Minas e América Portuguesa se encontram: a questão das políticas de administração portuguesa no que diz respeito às práticas de cura e a saúde dos povos na América.

Em tempo, é preciso tecer considerações sobre outros dois temas correlacionados e de extrema importância ao estudo pretendido: em primeiro, a questão da história do corpo e suas manifestações nas sociedades coloniais, e num segundo momento, a questão da medicina no contexto da escravidão. O primeiro, ainda permanece árido aos historiadores, uma vez que o segundo, tem vertiginosamente despertado interesse dos pesquisadores.

No primeiro caso, de acordo com o que foi supracitado, entende-se que ainda parece pouco incipiente à historiografia da medicina a ideia de corpo como objeto primordial das artes de curar. Tal fator talvez se dê pelas dificuldades de se elaborar um estudo em que o corpo – aqui tratar-se-á apenas das sociedades coloniais – é o objeto principal de análise. Nesse sentido, destacam-se os esforços de Maria Cristina Rosa, quase única em meios aos estudos que de variadas formas dialogam com a História da Medicina. A pesquisadora se mostra deveras imbuída em entender acerca das manifestações do corpo nos espaços onde ele se fazia presente nas vilas da Comarca de Vila Rica no século XVIII. Com uma densa investigação em diversos fundos documentais referentes principalmente à Vila Rica e Mariana, Rosa apresenta as diferentes manifestações corporais – a educação, o controle, a diversão e também a doença – em sociedades marcadas pela tradição religiosa e a diversidade cultural²⁷.

²⁶ Verbete: “Medicina”. IN: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1712; pp.387-9.

²⁷ ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado em Educação), Campinas, 2005.

No segundo caso, reitera-se que trabalhos e autores já citados aqui não preteriram de suas análises a questão da escravidão, que foi tão marcante nas sociedades coloniais. Esse fator que por muito tempo permaneceu rodeada de mitos pouco explorados, nos últimos anos, se revigorou através da tomada de novas dimensões de regionalização e temporalização e, conseqüentemente, de verticalização. Assim, as novas perspectivas de análise, a complexificação²⁸ dos estudos e o desenvolvimento de novas discussões só se fizeram possíveis a partir do momento em que se buscaram novas alternativas metodológicas para isso. O acesso a novas fontes por parte desses autores, principalmente as cartorárias, seria essencial para que se desvelasse acerca da relação entre senhores, escravos e sociedade, também no momento da doença²⁹.

Em sequência a questão da escravidão na História da Medicina, pode-se introduzir ao terceiro eixo das matrizes que se elencou previamente neste trabalho, a lembrar: a ação da administração lusitana no que diz respeito às práticas de cura e seus diferentes agentes. Entende-se que este terceiro tópico seja de suma importância à compreensão dos outros dois anteriores, já brevemente percorridos neste trabalho. Como ver-se-á adiante, nas Minas a administração cedeu notável atenção aos saberes medicinais – práticos e eruditos – proferidos na capitania, e de alguma maneira, tentou mantê-los sob as vistas e usos das autoridades.

1.2.1 – História e historiografia da medicina nas Minas: a administração e seus sujeitos

²⁸ Silvia Lara propõe que os estudos de História da Escravidão no Brasil têm crescentemente se complexificado a fim de estabelecer novos paradigmas de interpretação da relação entre senhores e escravos no período colonial. Fato esse dado, sobretudo pela integração de novas possibilidades metodológicas – conseqüentemente temáticas – e rediscussão de categorias de análise. Ver: LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. IN: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

²⁹ Ver: ABREU, Jean Luiz Neves. *Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações*. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 2005; CARNEY, Judith. *Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial*. **Revista do Centro de Estudos Africanos**. São Paulo, 2001; EUGÊNIO, Alisson. *As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das Luzes*. **Varia História**, Belo Horizonte, n.23, 2000, pp.154-63; EUGÊNIO, Alisson. *Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo*. **Varia História**, v.25, n.41, 2009; pp.227-44; GELAPE, Vinícius Paulo e ROSA, Maria Cristina. *Escravos e forros nas artes de curar: potencialidades de estudos a partir dos inventários post-mortem*. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí**, Jataí, 2011; NOGUEIRA, André Luís Lima. *Universos coloniais e enfermidades dos negros pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, 2012; pp.179-96; QUADROS, Lucas Samuel e ROSA, Maria Cristina. *Escravidão e doença em Minas colonial: novas perspectivas de estudos através dos inventários e testamentos*. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí**, Jataí, 2011.

As descobertas das minas de extração aurífera no final do século XVII legariam ao século XVIII uma considerável reversão no quadro administrativo português em relação aos seus domínios americanos. O *rush* demográfico e a intensificação da ocupação territorial dos sertões da América Portuguesa fizeram com que a Coroa organizasse uma efetiva estrutura administrativa que garantiria a ordem e a tributação nas Minas do Ouro através das Vilas e Câmaras que foram erguidas nessas regiões³⁰.

Márcia Moisés Ribeiro desvela sobre essa questão ao dizer que a sociedade, que era composta basicamente por uma população com formas de alimentação, vestimentas, moradias e rotinas de trabalho precárias, chamou a atenção das autoridades para a salubridade dos espaços e pessoas que circulavam por eles³¹.

Assim, ainda nos finais do século XVII e início do XVIII houve um aumento da produção de livros voltados para o contexto colonial. A nítida preocupação que se começa a ter com a saúde dos povos – e sobretudo, com a dos escravos – demonstra que a administração metropolitana associava o corpo sadio a força de trabalho, e consequentemente, a lucratividade econômica do Estado. Nesse intuito, tratados de Medicina e Cirurgia foram escritos com base em procedimentos de cura e observações realizadas na América, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Mais do que conhecimentos obtidos acerca das doenças e procedimentos de cura, esses tratados davam parecer a Coroa da situação da saúde dos povos da colônia americana e de como se davam as práticas medicinais nos domínios ultramarinos³².

Desta forma, o Governo tentava, dentro do possível, regular a saúde dos povos através de legislações e fiscalizações, ao passo que ansiava em conhecer mais acerca das principais doenças que ali se manifestavam. Leis reguladoras foram baixadas e medidas de coerção foram impostas na tentativa do Estado em combater o charlatanismo e as práticas de medicina supersticiosas³³.

Porém, legislações como as do *Regimento e foros de ley que devem observar os comissários do físico-mor no estado do Brasil* e o *Regimento dos preços dos medicamentos*, ambos de 1742, encontraram grande resistência em território mineiro. Além da escassez de oficiais de cura que poderiam atuar legalmente nos Termos das

³⁰ ALMEIDA, 2010, *op. cit.*: 1.

³¹ RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³² RIBEIRO, *op. cit.*, 15-22.

³³ RIBEIRO, *op.cit.* pp.25-33.

Vilas, a vastidão territorial dificultava uma ação fiscalizadora e coerciva efetiva do Estado. Ademais, os saberes e as práticas de cura não legalizados eram mais acessíveis e gozavam de reconhecimento, tanto nos extratos sociais mais baixos, quanto nos mais altos das sociedades da América Portuguesa³⁴.

Maria Ruth Chittó Gauer argumenta que esse quadro só obteria uma reversão considerável no início do Período Pombalino e da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. Entende-se dessa maneira, que as reformas dos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772 – Curso das Ciências Naturais e Filosóficas* – foram a primeira e primordial ação para superação do descompasso que marcava a Medicina no Reino de Portugal e o atraso científico lusitano em relação as demais nações europeias³⁵. E toda essa reorientação seria preponderante para que se realizasse o cumprimento efetivo das legislações de saúde e medicina que, desde o início do século XVIII, o Estado português tentava estabelecer e fiscalizar. Segundo a autora,

a formação de médicos preparados para experiência e observação nos hospitais construiu um saber que deu condições de controle político científico do meio, vale dizer: da cidade, do subúrbio, da comunidade. [...] O sistema médico implantado pela Reforma de 1772 aponta para a coexistência de uma medicina assistencial, administrada pela autoridade científica médica cujo conhecimento adquirido lhe garantia o controle da saúde pública ao mesmo tempo que o da medicina privada, que beneficiava quem tinha meios para pagar.³⁶

Jean Abreu corrobora a proposição ao dizer que neste momento, de fato, começou-se a colocar em prática um projeto pedagógico que formaria os homens capazes de levar a Portugal e seus domínios ultramarinos os ideias de uma medicina moderna calcada no cientificismo do Iluminismo Europeu. Além de um amplo conteúdo teórico nos primeiros dois anos de curso, fundado basicamente nas lições de História Natural e Filosofia, as técnicas práticas e os experimentos empíricos passariam a demandar bastante tempo da carga-horária dos estudantes de medicina em Coimbra.

³⁴ RIBEIRO, *op.cit.* pp.35-42.

³⁵ Em meados do século XVIII, autores como Antônio Nunes Ribeiros Sanches, Luis Antônio Verney e Francisco de Melo Franco começaram a publicar obras em Portugal, fundamentando-se principalmente, em críticas os arcaicos modos de ensino de medicina no Reino de Portugal em consonância com outras nações europeias no mesmo período. As críticas concentravam-se principalmente na ausência do ensino de anatomia em peças humanas na Universidade, no pensamento escolástico e galênico e os ainda presentes misticismos nos autores trabalhados pelos lentes nas aulas. Ver: RIBEIRO, *op. cit.* pp.117-36.

³⁶ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e A Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; pp. 99.

Pode se dizer que as Reformas como um todo, se voltariam para formação teórica dos alunos com intuito de melhor amparo nas observações práticas, e esses alunos ali formados, teriam as habilidades científicas condicionadas as demandas de expansão das Luzes ao Império Português³⁷.

Conforma-se nessa ideia, um importante ponto de compreensão do estudo de trajetória que pretende-se fazer. Pois, não havendo uma universidade na América Portuguesa, e conseqüentemente nas Minas, tinha-se como referencial pedagógico a Universidade de Coimbra. Em consonância, os médicos encarregados de dissiparem o projeto português de modernização do Estado no que diz respeito à salubridade dos povos e às práticas de cura, seriam prioritariamente formados na dita Universidade. A partir daí, a política reformista pombalina começava formar indivíduos preocupados com a ambiência colonial, e que nesse espaço, disseminariam e agiriam pela manutenção – no caso dos oficiais do Estado – de práticas calcadas no cientificismo³⁸.

Existe de fato, um consenso historiográfico – pelo menos no que diz respeito da medicina –, que dá como inegáveis as mudanças no quadro administrativo português ocasionadas pelas Reformas de 1772. Um dos fatores que dá rastro à discussão destes apontamentos é que, nesse contexto a administração portuguesa, iniciaria uma política de cooptação e incentivo de filhos da elite colonial da América a ingressarem sua formação na Universidade de Coimbra. A ausência de instituições de ensino superior na Colônia, somada a necessidade Portugal em formar indivíduos capazes de levarem ao ultramar a modernização do Estado lusitano, corroboraria com a formação de uma nova geração da elite luso-brasileira de indivíduos inseridos no pensamento ilustrado em voga na Europa.

Dessa forma, notável é o trabalho de Francisco de Moraes. O pesquisador apontou que no período entre a Reforma de 1772 e a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, 608 estudantes brasileiros passaram pela Universidade de Coimbra. Quando retornavam a América, estes doutos egressos da Universidade galgavam prioritariamente cargos administrativos no Governo português³⁹. Assim, o trânsito de naturais da América que iam e voltavam da metrópole intensificou-se paulatinamente.

³⁷ ABREU, *op. cit.*

³⁸ GAUER, *op. cit.*

³⁹ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009.

Em razão disso, autores, técnicas e pensamentos seriam inseridos no contexto colonial⁴⁰.

Maria Beatriz Nizza da Silva destaca que um dos esforços nesse sentido foi a criação da Real Academia de Ciências de Lisboa em 1779, que tinha como função atender as demandas reformistas acarretadas com as reformulações dos estatutos de Coimbra sete anos antes. Formada por um vasto e variado grupo de intelectuais, a Academia de Ciências veio dar seguimento ao trabalho iniciado pela própria Universidade de Coimbra no debate e experimentação de formas de exploração das riquezas naturais da colônia em benefício da reestruturação do Estado Português. No que diz respeito da medicina, um dos maiores interesses da Real Academia de Ciências se concentrava nos jardins botânicos. Nessa conjuntura, os hortos se mostravam como produtivos observatórios científicos das potencialidades medicinais da fauna e flora da América⁴¹.

Em concordância às mudanças nos ofícios medicinais, Tânia Salgado Pimenta apontou que as leis e instituições de manutenção da saúde pública necessitavam de se renovar, ou pelo menos reforçar o seu caráter censor. Assim, em 1782, Dona Maria I, rainha de Portugal, estabeleceu a Junta do Protomedicato. Esse órgão deveria reger a Medicina dos domínios ultramarinos portugueses, organizando-se em instâncias regionais. No Reino, a Fisicatura-Mor continuaria regendo as práticas medicinais e a comercialização de medicamentos até a vinda da Família Real para o Brasil em 1808⁴².

Com a vinda da Corte para a América, transferiram-se também várias instituições de Portugal para a nova sede no Rio de Janeiro. Extinguiu-se assim, a Junta do Protomedicato e estabeleceu-se em território brasileiro a Fisicatura-Mor. Contudo, os

⁴⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

⁴² A legislação que em outrora ficava a cargo dos Cirurgiões-Mor e Físicos-Mor do Reino passava a ser responsabilidade dos juízes delegados da nova Junta. Nas capitanias prevalecia ainda as figuras do Físico-Mor e Cirurgião-Mor, que deveriam atuar como comissários responsáveis por suas localidades na Junta do Protomedicato. Estes exerciam atividades de fiscalização das licenças para atuação em medicina, os preços e aferições dos remédios nas boticas, zelavam pelo hospital militar e as tropas da capitania e remetiam as ações aos delegados superiores da Junta, bem como procediam às denúncias ao juízo civil e eclesiástico. Porém, havia um aditivo essencial para exercer tal função de delegado: ser formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Ver: PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX*. Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado em História), Campinas, 1997.

oficiais da antiga Junta continuaram a exercer as mesmas funções, só que a partir daí, como delegados da Fisicatura-Mor⁴³.

Pimenta ainda realça que desde os primeiros anos do seu estabelecimento, a Fisicatura-Mor teve problemas em se legitimar tanto entre os oficiais de cura quanto perante a população. Eram frequentes e públicas as denúncias acerca dos abusos da instituição, inclusive em terras mineiras. E tais querelas entre cirurgiões, médicos e boticários em confrontação com a Fisicatura se acentuaram mais quando da Independência do Brasil em 1822, fazendo com que se associassem os ditos abusos da Fisicatura com interesses lusitanos de uma instituição criada pela Coroa Portuguesa⁴⁴.

Dessa maneira, uma das principais forças motrizes para este estudo é a tentativa de explanar mais claramente acerca da rica relação entre a lei, quem administra e a quem ela governa. Por se tratarem de estudos que estão baseados principalmente em fontes que são provenientes da malha administrativa lusitana na América, os estudos da Medicina pouco desvelam sobre a ação individual dos sujeitos em conflito ou em acordo com a lei. Para além da questão se legislar e/ou ser legislado, haviam questões ligadas aos costumes, práticas, classes e tradição que extrapolavam a relação dialética de autoridade⁴⁵.

Ademais, o século XVIII se caracteriza por essa ideia de poder construído bilateralmente entre os soberanos e os vassallos⁴⁶. Há de se considerar, que no problema da saúde dos povos figuraram algumas das maiores estratégias – retóricas ou não – de estabelecimento de iniciativas de conservação de laços entre metrópole e colônia no governo português. Contudo, essas relações não se davam apenas pela ordenação e aceitação. A própria ideia de construção de formas de autoridade denota que o conflito se faz tão presente quanto à norma nesse quesito.

Em concordância com o que foi apresentado até aqui acerca da administração da Medicina nas Minas, este estudo pretende discutir o tema amparado na ideia de que, se

⁴³ Ficou ordenado que o Rei nomeasse o Físico-Mor e o Cirurgião-Mor do Reino. E estes por sua vez, nomeariam os delegados, que conseqüentemente, nomeariam os subdelegados. Estima-se que em Minas Gerais, nos 20 anos em que durou, a Fisicatura-Mor tivera 80 oficiais no seu corpo efetivo. E esses oficiais, todos formados em Coimbra, tinham como principais encargos os exames de ofício – de cirurgião, boticários, parteira, etc. –, bem como o controle das atuações, e zelar para que não houvesse irregularidades nos preços, aferições e receitas dos remédios vendidos nas boticas. Para tanto, contavam com o auxílio de médicos cirurgiões e boticários licenciados nos exames e nas visitas examinadoras das boticas. Ver: PIMENTA, *op. cit.*

⁴⁴ PIMENTA, *op. cit.*

⁴⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; pp. 14-5.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; pp. 277-93.

o Estado Português estabeleceu um modelo ideal à ser seguido nos domínios ultramarinos, só se pode ter a noção da recepção desse modelo – do sucesso ou insucesso da ação normatizadora – ao examinar-se cuidadosamente as maneiras de como se tentava difundir as leis e possíveis conflitos e resistências encontrados nas Minas. Sem deixar de considerar as legislações e a coesão do projeto português de avanço científico amplamente abordado pela bibliografia aqui apresentada, intenta-se neste trabalho monográfico desvelar numa escala de análise reduzida à um, a complexidade que o debate toma ao se discutir a recepção de um modelo a ser aplicado, e conseqüentemente, da ação dos sujeitos envolvidos⁴⁷.

Levando em conta, principalmente, a necessidade de se entender os mecanismos de poder impostos pelo Estado Português nos domínios ultramarinos em escalas de análise que partem do macro para o micro e do centro à periferia⁴⁸, tem-se como intuito, compreender como o poder periférico se organizava nas Minas no que diz respeito à medicina, tomando-se como fio condutor uma biografia por se entender....

Entende-se que, os estudos biográficos nunca estiveram ausentes das reflexões historiográficas, contudo, cada vez mais as trajetórias individuais dos sujeitos de variadas posições e camadas sociais vêm tomando espaço nas pesquisas históricas no que diz respeito aos estudos de História cultural e social. Se, por muito tempo, as trajetórias foram vistas como modelos tradicionais mais preocupados com os grandes fatos do que com as estruturas sociais e culturais, a retomada desse campo de investigação traz vieses preocupados em questionar as tensões entre o indivíduo e sociedade no que diz respeito às especificidades individuais e dos contextos que os circundam.

Teresa Malatian⁴⁹ propõe que,

no lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político e social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e exploração, no qual se exerce a ação individual.

⁴⁷ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁸ FOUCAULT, *op. cit.*, pp. 1-15.

⁴⁹ MALATIAN, Teresa. *A biografia e a História*. **Cadernos CDEM**, 2008; pp.21.

Ou seja, afasta-se da ideia da narrativa cronológica de curtos espaços e experiências de vida, e passa-se a estabelecer análises articuladas entre às micro e macrosociológicas. Análises que não devem deixar de considerar as individualidades de cada agente na sociedade a qual se insere, potencializando a investigação da ação individual dos sujeitos nas ambiências em que estão inseridos.

Em consonância ao trabalho que se pretende, confere-se recentemente um progresso na utilização das biografias e trajetórias nos estudos de História da Medicina e História da Ciência. Ressalta-se aqui, que, mesmo em panos de fundos dos estudos que têm como propósito desvelarem acerca das instituições e legislações científicas e medicinais, frequentemente os autores têm recorrido experiências individuais dos sujeitos que proferiram práticas científicas na História do Brasil colonial e imperial.

Realça-se aqui, os trabalhos de Lorelai Brilhante Kury, que traz como exemplo as práticas de alguns dos mais importantes homens de ciência ilustrada no império luso-brasileiro do fim dos setecentos e inícios dos oitocentos. A autora tem como objetivo entender através dos feitos e formas de inserção e ascensão social desses sujeitos, as estratégias de legitimação das ciências no espaço colonial, bem como apreender qual era o nível de circulação dessas ideias científicas ilustradas na América Portuguesa. A autora chega a fazer referência a médicos e cirurgiões portugueses que atuaram e fizeram experimentos medicinais em Minas – antes e pós as Reformas de 1772 –, como Luís Gomes Ferreira, João Cardoso de Miranda e José Henriques Ribeiro de Paiva⁵⁰.

Outro trabalho que se propõe a examinar as trajetórias individuais de médicos setecentistas pela ótica das suas produções intelectuais é Jean Luiz Neves Abreu⁵¹. Abreu defende que as redes e quadros institucionais não podem ser dissociados das práticas científicas exercidas por esses sujeitos. Ainda segundo o autor,

a historiografia sobre as práticas científicas não pode deixar de estabelecer os pontos de intercessão entre a biografia individual e coletiva. [...] Pesquisas centradas na história das ideias se voltam para as biografias de determinados homens de ciência, revelando a dimensão singular e, ao mesmo tempo, coletiva de suas práticas, indissociáveis de uma abordagem do contexto e das formas de sociabilidade. Para o século XVIII luso-brasileiro, pode-se dizer que

⁵⁰ KURY, Lorelai Brilhante. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações*(1700-1810). **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v.11, 2004.

⁵¹ ABREU, Jean Luiz Neves. *As práticas científicas no contexto medicinal luso-brasileiro do século XVIII: trajetórias individuais e redes de sociabilidade na historiografia*. **Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2011.

se por um lado, as histórias de vida revelam distinções das trajetórias dos “cientistas”; por outro, esses só se projetam quando conseguem se inserir em instituições que os projetam na esfera da ciência.⁵²

Portanto, visto que alguns trabalhos de História da Medicina têm recorrido cada vez mais à estudos biográficos, concomitantemente os aportes teórico-metodológicos têm sido melhorados. Contudo, os estudos apontados contam prioritariamente com fontes impressas, que muito são capazes de dizer quanto aspectos intelectuais das trajetórias, mas são limitadas quanto à necessidade de se inserir socialmente todo esse conhecimento que era produzido e disseminado na – e sobre a – América Portuguesa e em Minas colonial no que tange a Medicina. Ademais, maior parte dos estudos citados versa sobre o recorte mais globalizado do Brasil colonial, sendo Minas, carente de estudos que tratem exclusivamente de médicos que nas vilas de Minas constituíram-se profissionalmente e socialmente.

Para além do proposto pelos autores supracitados, este estudo tem como objetivo trazer à luz das discussões não apenas o pertencimento institucional do biografado, mas também as questões ligadas ao legado familiar do médico, bem como as redes de sociabilidade tecidas pelo mesmo, e que tanto foram importantes para sua ascensão profissional.

Nesse intuito, a biografia do Dr. Luis José de Godói Torres tem a capacidade de (a)mostrar como se davam os fatores da vida de um médico para além dos fatores intelectuais e profissionais. O privilégio será dado inegavelmente às questões que tocam diretamente a medicina, porém, sem preterir as questões do foro privado do médico por se entender que os mesmos tiveram real importância dentro da trajetória científica apresentada.

CAPÍTULO 2 – A vida profissional nos primeiros anos e ascendência familiar de Luis José de Godói Torres

2.1 – O início de uma carreira

⁵² ABREU, *ibidem*, pp.7.

Lisboa, meados de abril de 1799. Chegara-se as mãos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, dentre outras correspondências provenientes do denso aparato administrativo português, uma carta em destaque assinada pelo governador da importante Capitania de Minas Gerais, Bernardo José Maria Lorena e Silveira, o conde de Sarzedas.

Na carta constava que a Câmara de Vila Rica, então capital de Minas Gerais, pedia para que o Governador Lorena e Silveira intercedesse junto a D. Rodrigo para que o Doutor Luís José de Godói Torres logo fosse nomeado Médico do Partido da Câmara da dita Vila.⁵³ O cargo referido na petição era de grande importância nas câmaras das vilas coloniais, no entanto não era comum que os governadores intercedessem diretamente à Coroa e ao Ministério Ultramarino solicitando nomeações para este cargo. Tal função era atributo direto dos oficiais da câmara interessada e os mesmos teriam autonomia para requerer diretamente ao ministério ou mesmo à Coroa.

Possivelmente o nome do Dr. Godói já era conhecido de D. Rodrigo. O mesmo tipo de petição já havia sido feito dois anos antes, em 1797, para que o mesmo sujeito fosse nomeado para médico do partido da câmara de Mariana⁵⁴, porém, deve se destacar diferenciações substanciais entre os dois pedidos.

No primeiro caso, a câmara de Mariana redigiu a representação à própria Rainha de Portugal solicitando a nomeação do Dr. Luís Godói, sob a alegação dos vereadores que faltavam conhecimentos medicinais necessários e próprios ao então Cirurgião do Partido, Manoel Torres de Abreu, e que Luis José de Godói Torres era o único médico bacharel formado em Coimbra morador no Termo da Leal Cidade de Mariana.

Ressalta-se nesse ponto, o nome e o peso do diploma que a Universidade de Coimbra tinha nesse momento, mesmo nas partes periféricas do Império. O vereador requerente da procuração, Francisco da Costa Azevedo, é conciso em incorporar à sua súplica o pedido de que, em caso de ausência ou desligamento de Godói do cargo, deveria ser atribuído à cidade outro bacharel formado em Coimbra para exercer a função. Adiante, tratar-se-á acerca da importância da Universidade de Coimbra na formação da elite intelectual científica luso-brasileira, sobretudo pós as reformas de 1772.

⁵³ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 8.

⁵⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 42; Caixa 143; Documento 46.

Outro ponto a ser destacado, é a escassez de médicos formados em Minas no final do século XVIII. Num contexto de existência de apenas um médico bacharel em todo Termo de Mariana, as práticas de cura se dariam basicamente no campo da informalidade. À margem do controle do Estado que tentava reger as práticas de cura através de medidas expedidas e fiscalizadas pelas câmaras, barbeiros, sangradores, boticários e cirurgiões, com licença de atuação ou não, agiam intensamente entre diversas camadas da sociedade⁵⁵.

E essa mesma carestia de médicos propriamente ditos, corroboraria na diferenciação resultante do que pode se chamar de uma estratificação social entre médicos e cirurgiões no período colonial. Se para o primeiro eram destinados as atuações superficiais, a feitura de diagnósticos e o proferir de receituários, ao segundo cabia intervenções cirúrgicas, desde as mais superficiais (como pequenas incisões e sangrias), às mais profundas (como no caso das suturas e amputações). Logo, ao médico era denotada a imagem da erradicação da doença realizada de uma maneira acompanhada e progressiva, feita em formas de visitas periódicas. Enquanto o cirurgião tinha o seu ofício associado à dor e ao suplício provenientes das cirurgias, num contexto em que qualquer forma de anestesia era inexistente⁵⁶.

A própria forma de obtenção de licença para o exercício do ofício se dava de maneira diferenciada. Se aos cirurgiões bastava-lhes 4 anos de acompanhamento prático nos hospitais militares das vilas, supervisionados pelos cirurgiões-mores, bem como passar no exame de aprovação realizado nas Câmaras; para os médicos eram necessários em média 6 anos de formação nas universidades da Europa, conseqüentemente, a custos bastante elevados e conteúdos teórico práticos melhor trabalhados pelos lentes provenientes das mais altas capacidades técnicas e intelectuais da Europa⁵⁷.

Ao contrário dos cirurgiões, parteiras, curandeiros e sangradores, os médicos não passavam pelo exame prático teórico deferido pelas câmaras. A estes bastava apenas a apresentação do diploma da instituição em que se formaram; eventualmente

⁵⁵ GROSSI, Ramon Fernandes. *Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas setecentistas. História & Perspectivas*, Uberlândia, (29 e 30), 2004.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Barbeiros e cirurgiões: a atuação dos práticos ao longo do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.6, n.2, 1999.

⁵⁷ FIGUEIREDO, *ibidem*.

acompanhados de atestados de pessoas com posição social respeitável, como no caso dos eclesiásticos, militares e representantes do Estado⁵⁸.

O endosso de figuras socialmente respeitadas por qualidades sociais diversas, que geralmente perpassavam por critérios econômicos, reforçam mais a ideia de que ante uma diferenciação profissional entre os ofícios do sangue, havia uma estratificação socioeconômica, já que, não necessariamente essas indicações de pessoas de tais importâncias fossem adquiridas em razão de habilidades profissionais. Ademais, como supracitado, a acessibilidade ao conhecimento prático conferido aos cirurgiões, sangradores e parteiras não exigia tantos dispêndios financeiros quanto aos médicos.

As diferenciações pairam mesmo nas formas de comprovação legal para exercício de ofício, já que

as cartas de médico, cirurgião e boticário, as licenças para curar de medicina eram passadas em nome do rei, príncipe ou imperador, conforme a época em que fossem expedidas. Já as cartas de sangrador e parteira eram assinadas pelo cirurgião-mor; [...] Isso aponta para a diferença entre a importância conferida a essas atividades, pois as mais valorizadas teriam sua carta assinada pela autoridade máxima da sociedade, o que reafirmaria sua melhor posição na hierarquia das práticas médicas, em contraste com as cartas e licenças assinadas pelos físicos-mor e cirurgião-mor⁵⁹.

Ainda quanto à petição da câmara de Mariana, o peso do diploma da Universidade de Coimbra, somado ao fato de Godói ser morador natural do Termo de Mariana, justificariam a autorização do médico para o exercício do ofício. Já na representação acerca do cargo de Vila Rica, as habilidades técnicas e científicas de Godói foram apresentadas e endossadas pela assinatura e indicação pessoal do próprio governador Bernardo Lorena, figura que era conhecida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Lorena era conhecido também, entre a administração do império português por sua dedicação e compromisso com o avanço das áreas e técnicas de exploração natural da flora e fauna da América Portuguesa, sobretudo no que tange a agricultura⁶⁰.

⁵⁸ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Físicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*. Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado em História), Campinas, 1997.

⁵⁹ PIMENTA, *op.cit.*: 15

⁶⁰ PINTO, Francisco Eduardo. *Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750-1822)*. **Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira – CEDEPLAR/UFMG**, Diamantina, 2010.

Anteriormente ao seu governo em Minas Gerais, que durou de 1797 a 1803, o conde de Sarzedas foi governador da capitania de São Paulo entre os anos de 1788 e 1797, e seu governo marcou o início de um processo de mudanças drásticas no cultivo e distribuição de cana-de-açúcar na capitania paulista. Idealizador de um projeto que revolucionou o escoamento da grande produção de açúcar da região para a metrópole. O caminho que ia de São Paulo ao Porto de Santos, a “calçada Lorena” como ficou conhecido, intensificou o trânsito transatlântico e a rota comercial, fundamentada prioritariamente na cana-de-açúcar, entre a capitania de São Paulo e a capital Lisboa⁶¹.

Sob a égide do governo de Lorena em Minas, um outro nome ganharia destaque na conjuntura do governo português do período. Também citado na representação da câmara de Vila Rica para legitimar os conhecimentos de Godói acerca das plantas medicinais do Reino, Joaquim Veloso de Miranda foi um naturalista de intensa vida científica em Minas Gerais. Depois de retornar de Coimbra em 1779, como bacharel e doutor em Filosofia Natural, Miranda se envolveu em diversas pesquisas científicas patrocinadas pelo governo de Portugal, em especial na área de botânica, tendo seus esforços e habilidades coroadas em 1799, com a inauguração do Horto Botânico de Vila Rica, seu principal projeto, e a consequente nomeação para Secretário de Governo da Capitania de Minas Gerais⁶².

2.1.2 – O Horto Botânico de Vila Rica e as plantas medicinais

O Dr. Godói trabalhou no advento do Jardim Botânico como ajudante de Joaquim Veloso de Miranda. Quando Bernardo Lorena em nome da câmara de Vila Rica solicitou a nomeação de Godói para médico do partido, ele e Veloso de Miranda ajustavam os “últimos retoques” do imponente horto erguido ao lado da Casa de Fundação de Vila Rica. A representação em questão é datada exatamente do dia 13 de março de 1799 se fazendo bem clara sobre contribuição de Godói na construção do horto, e somente no dia 10 de maio do mesmo ano, Lorena prestaria contas ao próprio

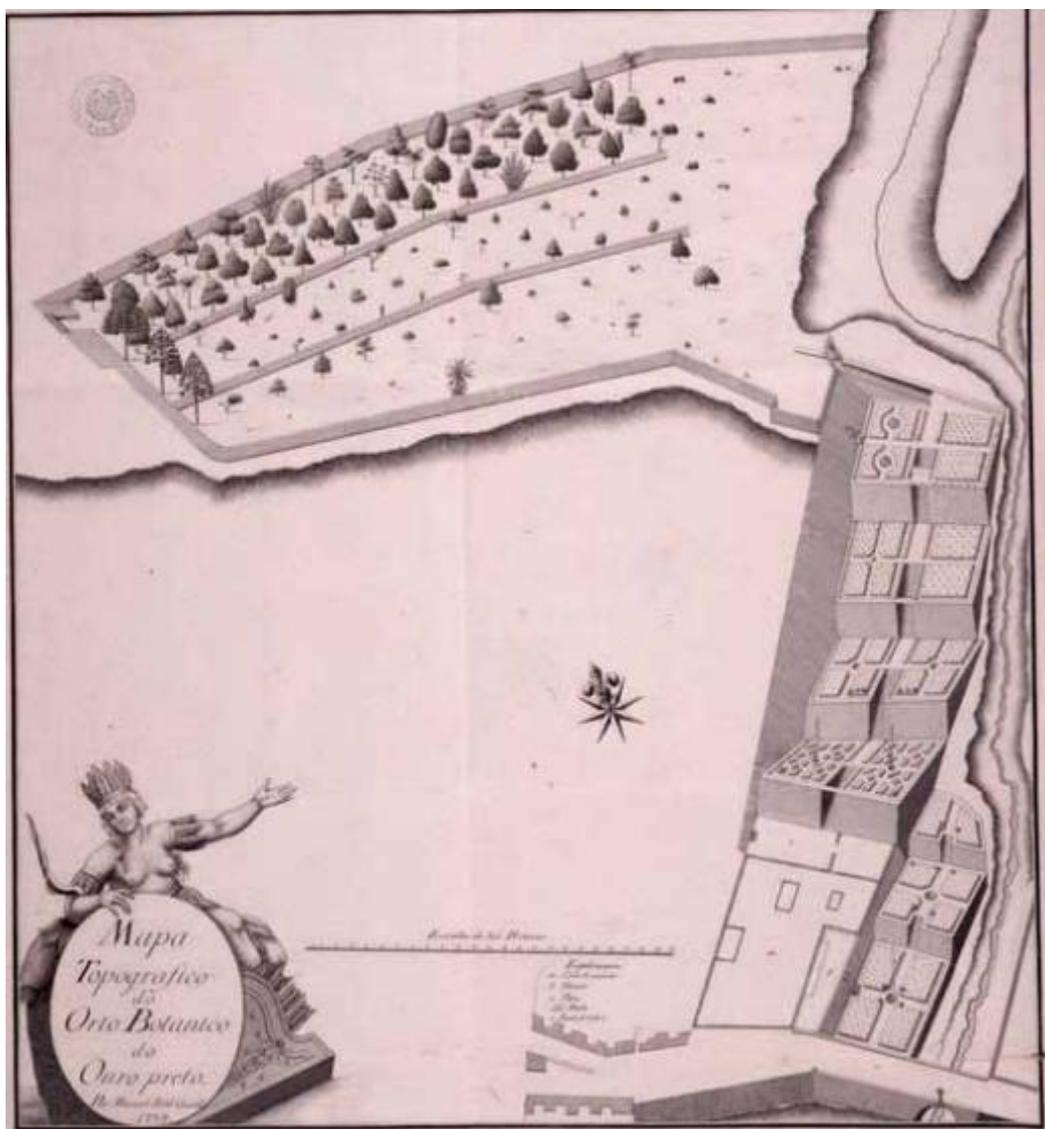
⁶¹ GARRIDO, Felipe Moura. *Guaratinguetá e Cunha sob influência da política ilustrada portuguesa(1788-1808)*. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.1, 2010.

⁶² MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *O criador e a criatura: o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e o Horto Botânico de Vila Rica*. In: ALEGRIA, João. **Projeto Vale dos Contos**. Ouro Preto: 2012.

D. Rodrigo, solicitante da empreitada, acerca do estabelecimento do jardim botânico de Vila Rica⁶³.

Godói Torres ainda era médico do partido de câmara de Mariana quando se envolveu com os encargos do horto de Vila Rica. A ordem para que fosse erguido o jardim partiu de Coutinho para Lorena em novembro de 1798, mas apenas meses depois, já no ano seguinte, os préstimos de Godói se fizeram necessários, uma vez que frequentes impedimentos e ausências de Veloso de Miranda nos trabalhos demandaram a contratação de um ajudante ao custo de 200 mil réis anuais.

FIGURA 1 – Mapa Topográfico do Horto Botânico de Ouro Preto(1799)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa(*apud* MAIA, 2012)

⁶³ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 36.

O critérios que fizeram que Lorena e Miranda escolherem Godói para tal trabalho, fundamentam-se sobretudo no conhecimento do médico sobre plantas medicinais da região. Também pelo fato de que assim como Joaquim Veloso, Luis Godói formou-se na Universidade de Coimbra após a Reforma de 1772 e tiveram professores em comum, como no caso do conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli⁶⁴, a quem tratar-se-á mais adiante neste trabalho.

Os jardins botânicos nessa conjuntura figuravam como um dos principais esforços da Coroa portuguesa para o conhecimento científico do território da América Portuguesa. Nesses espaços, se cultivava, colhia e observa-se sobre variados tipos de plantas. Buscava-se desde o conhecimento das plantas medicinais de todos os lugares da América que muito poderiam beneficiar a saúde dos povos de todo Reino. Como também madeiras que provavelmente seriam interessantes a construções civis e navais⁶⁵, e, nessa conjuntura, também começava-se a pesquisar nas plantas e minerais acondicionadas nos hortos, propriedades que poderiam corroborar a produção de salitre e pólvora⁶⁶.

Posteriormente apenas ao Horto do Grão-Pará, o Jardim Botânico de Vila Rica foi o segundo de toda a América Portuguesa. Já no seu primeiro ano de funcionamento já contava com mais de 500 espécies aclimatadas e catalogadas. Feito esse, que mereceu as congratulações do Príncipe Regente Dom João VI. Todavia, as parabenizações viriam acompanhadas de outra responsabilidade, já que em 1800, Dom João e o Ministério dos Domínios Ultramarinos mandaram investigar se haviam naquela região plantas que poderiam ser utilizadas na fabricação de papel. O trabalho demandou ao diretor Miranda e seu assistente Godói, a análise de 18 espécies em 9 meses de trabalho⁶⁷.

Os estudos sobre a flora brasileira nesses hortos foram de fundamental aproveitamento a economia do estado português naquela conjuntura. Os envolvidos nesses projetos, mesmo antes de ressaltarem as importâncias científicas dos experimentos, enalteciam os benefícios que as descobertas resultavam a Real Fazenda e ao Erário Régio.

⁶⁴ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, 2009

⁶⁵ SILVA, *op. cit.*

⁶⁶ KURY, Lorelai Brilhante. *A ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814)*. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.4, n.2, 2011.

⁶⁷ MAIA, *op. cit.*, 2012.

E tudo que era descoberto na colônia, era efetivamente remetido ao Reino. Talvez por isso, tenha sido tão ampla a produção de conhecimento mineralógico e botânico que se obteve da América Portuguesa nos fins do século XVIII e início do XIX. Relatos de experimentos, amostras de espécies enviadas ao Reino e as memórias dos cientistas e viajantes naturalistas davam pareceres a Coroa, ao Ministério Ultramarino, a Universidade de Coimbra e a Real Academia de Ciências de Lisboa do que estava sendo realizado no Brasil⁶⁸.

A historiografia especializada na temática frequentemente aponta essas 3 instituições subseqüentes ao poder monárquico lusitano, como os principais pilares da política de conhecimento e exploração dos recursos naturais da América Portuguesa. E nessa ambiência,

o absolutismo ilustrado português do período de reinado de D. Maria I e regência do príncipe Dom João mostrou que era capaz de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias, como uma força remobilizadora do Império Colonial. Das “produções naturais da colônia” viria a fonte capaz de contribuir para a retirada do Reino português do estado de defasagem econômica em relação aos países além-pirineus.⁶⁹

Um dos esforços nesse sentido, ainda no período mariano, foi a criação da Real Academia de Ciências de Lisboa em 1779 para atender as demandas reformistas acarretadas com as reformulações dos estatutos de Coimbra sete anos antes. Formada por um vasto e variado grupo de intelectuais, a Academia de Ciências veio dar seguimento ao trabalho iniciado pela própria Universidade de Coimbra no debate e experimentação de formas de exploração das riquezas naturais da colônia em benefício da reestruturação do Estado Português⁷⁰.

Sendo assim, essa geração de sujeitos da ciência gestada em Coimbra pós 1772, formava-se conjugando de maneira intrínseca seus conhecimentos adquiridos em suas respectivas áreas às necessidades econômicas da Nação Lusitânia⁷¹. E, não apenas a metrópole seria beneficiada dessa política fomentista de incentivo à ciência. O avanço

⁶⁸ SILVA, *op. cit.*

⁶⁹ VARELA, Alex Gomes. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006; pp.64.

⁷⁰ VARELA, *op. cit.*

⁷¹ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. **Revista de História Regional**, v.14, n.1, 2009.

das técnicas de exploração de recursos naturais expandiria até os longínquos territórios coloniais, o pensamento ilustrado da Europa⁷². As demandas econômicas da colônia não acentuariam somente a circulação de amostragens e mercadorias, mas também de conhecimento. Autores, técnicas e pensamentos seriam inseridos no contexto colonial⁷³, e ascensão inicial da carreira do Dr. Godói, mostra que ele estava atento a conjuntura política.

Recém-formado no contexto da “dobradinha” que tanto trouxe benefícios ao Império Português e conseqüentemente desenvolvimento à Capitania de Minas Gerais, entre o ministro dos domínios ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho e do então governador, Bernardo José Maria Lorena e Silveira; Godói se fez notar como um homem de ciência, sobretudo dentro dos objetivos de Coutinho a frente do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

D. Rodrigo Coutinho estava imbuído em alicerçar uma troca de conhecimentos entre colônia e metrópole com o intuito do desenvolvimento da agricultura, manufaturas agrícolas e conhecimento das plantas medicinais, contando com o suporte em especial dos naturais da América Portuguesa. Proposta em que Godói se enquadrava perfeitamente.

Num contexto em que sedições baseadas em questionamento da legitimidade da ligação entre a colônia e a metrópole aconteciam em variadas partes da América Portuguesa, especialmente em Minas, onde a emblemática Inconfidência Mineira se fazia latente na memória dos mineiros e da Coroa, esses homens de ciência colocaram seus conhecimentos a serviço do reformismo que visava manter a integridade do império lusitano⁷⁴. E a ciências e os benefícios que foram resultados a Minas, corroboraram por atenuar o pensamento sedicioso do período, sobretudo onde ele se fazia mais eminente, que eram as elites intelectuais.

Cargos, títulos e mercês foram distribuídos entre esses sujeitos. Ao passo que o desenvolvimento se seguia, os intelectuais se atinavam às demandas econômicas do Império e se enquadravam nos ideais reformistas do Estado Português. E essa trama, permitia que esses indivíduos gozassem em quase todas as suas carreiras, desde o início ao fim, de espaços de ascensão. Não se daria diferentemente com Godói.

⁷² VARELA, *op. cit.*

⁷³ KURY, Lorelai Brilhante. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações(1780-1810)*. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.11, 2004.

⁷⁴ VARELA, *op. cit.*

O pedido de nomeação para médico do partido da câmara de Vila Rica, a que se referiu acima neste trabalho, foi aprovado no mesmo ano de 1799, no dia 3 de outubro. Dentre as funções prescritas à Godói no cargo de médico do partido da câmara estavam a de curar os pobres da Vila, cuidar dos presos da cadeia, realizar os exames de corpo de delito e fiscalizar as atuações dos ofícios de cura do termo, bem como a realização dos exames de obtenção de licença com os mesmos⁷⁵.

O leque de capacidades e atuações do Doutor estava cada vez mais ampliado. Perpassando desde os trabalhos de assistência aos pobres necessitados, bem como a fiscalização dos atos de medicina nos termos de Mariana e Vila Rica, até finalmente o carro chefe das suas habilidades, a botânica medicinal, o Dr. Godói difundia seu nome e reputação na sociedade. Com isso, o médico não tardaria 2 anos até tentar alçar um voo mais alto.

Data de 1801, a primeira vez que Godói solicitou o prestigioso cargo de Físico Mor da Capitania de Minas Gerais. Nesse pedido, feito de maneira mais concisa, em apenas duas folhas sem anexações, Godói explana suas habilidades e feitos tendo novamente como fiador, de maneira mais tímida dessa vez, o Conde de Sarzedas, ainda governador de Minas.⁷⁶

No entanto, em 1801 não obteve sucesso, o que fez com que Godói galgasse o cargo novamente 4 anos mais tarde, em 1805. Porém, o novo pedido para o exercimento do importante cargo por parte de Godói, é envolto em outro conjunto de particularidades. Dessa vez, ser o competente homem de ciência, antenado na conjuntura política científica do contexto e o reconhecimento das esferas de administração local, ao que parece, não bastavam ao Dr. Godói. Dessa vez, outros valores importantes ao ver da Administração Portuguesa deveriam ser colocados à apreciação no dossiê da solicitação para que Godói obtivesse o tão estimado cargo.

2.2 – A gênese familiar de uma trajetória

Se obtivesse sucesso na sua petição, Godói teria o cargo da medicina mais importante da Capitania de Minas Gerais. Além do mais, significaria a coroação de uma rápida ascensão profissional, calcada em dedicação à ciência e reconhecimento de importantes nomes da administração e da intelectualidade de Minas e da América

⁷⁵ GROSSI, *op. cit.*

⁷⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 48; Caixa 160; Documento 115.

Portuguesa. As novas obrigações de Godói, à grosso modo, não seriam muito diferentes das que ele já desempenhava como médico do partido em Mariana e Vila Rica, mudando basicamente as dimensões das demandas, que passariam a um nível regional mais amplo.

Cabia ao Físico-mor da capitania nesse período, figurar como um comissário responsável por Minas da Junta do Protomedicato. Exercia atividades de fiscalização das licenças para atuação em medicina, os preços e aferições dos remédios nas boticas, zelar pelo hospital militar e as tropas da capitania e remeter as ações aos delegados superiores da Junta, bem como proceder denúncias ao juízo civil e eclesiástico⁷⁷.

A Junta foi estabelecida no Império Português em 1782, pela Rainha Maria I, quando a mesma extinguiu os cargos de Cirurgião-Mor e Físico-Mor do Reino, passando a função fiscalizadora aos delegados da Junta do Protomedicato que exerciam basicamente a mesma função, porém de maneira menos personalizada. Teoricamente, o único requisito para exercer tal função era ser formado em Medicina pela Universidade de Coimbra⁷⁸.

Portanto, Godói tinha o requisito primordial: a formação em Coimbra. Juntamente a isto, apesar da então curta carreira, tivera a experiência de atuação em diversos seguimentos. E por último, era beneficiado pelo fato de que, por onde e como atuou, obteve reconhecimento de importantes figuras da capitania. Ou seja, a aptidão de Luis de Godói para ocupar tal função se fazia inegável. Contudo, o cargo tinha um alto patamar de importância não apenas na capitania de Minas, mas em todo império português, uma vez que a correspondência pedindo a autorização era endereçada diretamente a metrópole.

Godói sabia também de que a forma como que tinha sido feito a última petição não havia surtido o efeito desejado. O médico então passaria a se utilizar de outras formas de fundamentação de suas capacidades, na tentativa de se diferenciar ainda mais dos demais. O Doutor Luis José passaria agora a adotar a estratégia de rebuscar os feitos do passado familiar a fim de que o reconhecimento de grandes feitos de seus descendentes em outrora, que também estiveram a serviço do Estado português, lhes garantissem a recompensa de obter o cargo em questão.

⁷⁷ MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁷⁸ PIMENTA, *op. cit.*

2.2.1 – O avô

Para além do enaltecimento das habilidades técnicas do Dr. Godói, teve-se todo um cuidado em se reconstituir o legado político da ascendência de Godói, sobretudo no que diz respeito ao seu avô materno, o Sargento Mor Bernardo Espínola e Castro. Documentos oficiais que comprovam feitos anteriores de Bernardo Espínola denotam que a trajetória do avô de Godói, toma nesse caso, um tom de gênese de toda uma trajetória familiar representada no momento em questão, pelo Dr. Godói.

Bernardo Espínola e Castro era português, nascido na Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe por volta do ano de 1689⁷⁹. Foi segundo os dados apresentados por Godói, um dos primeiros colonos da Capitania de Minas Gerais, provavelmente entre os milhares de portugueses que vieram para o Brasil no início do século XVIII atraídos pelas oportunidades que as descobertas das minas auríferas proporcionavam⁸⁰. Na América Portuguesa, ainda jovem adquiriu posses, patentes militares, cargos públicos e sobretudo, prestígio social junto aos cidadãos do Termo de Mariana e da Coroa Portuguesa.

Foi casado com Maria de Godói Moreira, com quem teve 4 filhos. André, nascido em 1714, Páscoa, nascida em 1716, Josefa, nascida em 1717 e finalmente, Violante, mãe do Dr. Godói, nascida em 1719⁸¹. Dona Maria faleceu sem testamento no ano de 1727, deixando um considerável montante aos jovens órfãos que ficaram sob a tutoria do pai, o sargento mor Espínola, que também foi o inventariante da esposa.

O sítio com casas de morada na Freguesia de São Sebastião e o plantel de 58 escravos conferidos entre os bens de D. Maria⁸², mostram certa expressividade econômica que o casal adquirira. Apesar de a documentação não deixar bem clara o que se cultivava no terreno, a não ser um moinho as margens do ribeirão que cortava a propriedade. Os bens ao todo somavam o valor de 23377 oitavas, 3 quartos de ouro e 12 vinténs.

⁷⁹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício; código 61; auto 1369; ano de 1800; Inventário de Vitorino Ferreira de Barros. Em 17 de abril de 1761, ao dar depoimento acerca de uma disputa de partilha de herança de Antônio de Barros Pedroso, o sargento-mor Bernardo Espínola e Castro se diz ter 72 anos de idade e ser morador da cidade de Mariana.

⁸⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2006; pp.114.

⁸¹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício; código 123; auto 2469; ano de 1734; Sequestro de bens de Bernardo Espínola e Castro.

⁸² Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 1º ofício; código 21; auto 573; ano de 1727; Inventário de Maria de Godói Moreira.

O processo de partilha ao todo durou sete anos, sendo concluído em 4 de outubro de 1734, fato esse, inteiramente normal nessa conjuntura. Nesse período, era comum que processos de transmissão de bens se alongassem por anos devido aos vários trâmites jurídicos e etapas que o tipo de atividade exigia⁸³. Porém, o que chama a atenção no caso de D. Maria e do sargento Espínola, é o curto tempo entre a conclusão da partilha de D. Maria e a abertura do sequestro de bens de Espínola.

Dezessete dias depois, no dia 21 do mesmo outubro de 1734 o inventário por incapacidade do sargento mor Bernardo Espínola e Castro é aberto, tendo como outorgante o filho mais velho, André Espínola e Castro, que com apenas 20 anos e emancipado, reivindicava a administração dos bens do pai viúvo e a tutoria dos irmãos menores. Sob a alegação de que o pai, que gozava dos 45 anos de idade estava “desassisado”⁸⁴, o jovem André passou a administrar os bens da família e cuidar dos menores sem nenhuma apelação ou tréplica de terceiros⁸⁵. Não foi citado no processo nenhum fato(r) chave que o fez interceder pela demência do pai, tampouco foi apresentado diagnóstico assinado por médico ou cirurgião capacitado que atestasse a insanidade do sargento⁸⁶.

A maneira contraditória como se deu o sequestro de bens do Sargento Mor Espínola sob a acusação de temeridade, abriu espaço para que o mesmo pedisse revisão de sua situação quatro anos mais tarde, em janeiro de 1738. Amparado pelo procurador Inácio Manoel Ribeiro de Carvalho, Espínola pediu a revisão do processo de

⁸³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: CASIMIR, Ana Paula Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinet; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. 1ª ed. Campinas/São Paulo: Alínea, 2009, v. 1, p. 25-35.

⁸⁴ Verbete “desassisado”: O que tem perdido o siso. Imprudente, temerário, louco. *Insanus, a, um. Vid. Siso*. [...] IN: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1712; pp.94. O termo era mais frequente à menoridade. A falta de siso da meninice e adolescência explicavam neles os sentimentos semelhantes à animalidade das bestas – a ira, a luxúria e a volúpia –, bem como os impulsos caprichosos e imoderados e os comportamentos volúveis, desorientados e imprudentes. Ver: HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008.

⁸⁵ Era de direito no Antigo Regime que o filho primogênito garantisse a unidade dos bens materiais da família na falta ou morte do patriarca. A raiz do direito do primogênito se fundamentava em antigas tradições judaicas em que se acreditava que havia maior amor dos pais pelos filhos mais velhos. Assim, também se evitava uma partilha prematura das disposições materiais, e conservavam-se os bens em linhas sucessórias. Ver: HESPANHA, *op.cit.*, 2008; pp.88-9.

⁸⁶ Ressalta-se aqui que o caráter da denotação de incapacidade não parte necessariamente da necessidade do zelo pela integridade da saúde física e mental do indivíduo, mas sim da avaliação da sua capacidade julgo cívico e político. O que interditava o sujeito do exercício da administração dos seus bens e o colocava sob condição de tutela era a sua incapacidade de julgar como homem comum as coisas e seus deveres sociais, não determinados assim, por critérios estritamente patológicos. Ver: HESPANHA, *op.cit.*, 2008; pp.54-63.

arrematação dos seus bens feita por Manoel Pinto da Mota – que havia se casado com sua filha, Violante, há dois anos atrás, e a quem se tratará mais adiante nesse trabalho. Provavelmente desconfiado das eminentes estratégias de favorecimento mútuo entre seu primogênito e Manoel da Mota, Espínola, não denotou hipóteses contundentes na petição, mas queria ter acesso aos registros legais de como se deu a situação, tendo por sinal, sua vontade atendida⁸⁷.

De fato, a denotação de “incapacidade” não confere com a trajetória de um sujeito de singulares feitos, pelo menos não pelo que Godói apresenta em sua petição. Inclusive, sequer é mencionado no dossiê o fato do avô ter sido inventariado por demência, e que, em boa parte da vida o jovem filho André, que também não é citado por Godói, fora o responsável pela administração dos bens e pelos menores de idade da família, dentre eles, a sua mãe, a caçula Violante, que constava ter 15 anos de idade na época. Embora não é de se espantar que Godói tenha escondido a situação, já que seria no mínimo contraditório, um sujeito tão vangloriado pela sua coragem e dedicação a Coroa e a vida pública, em certo momento da vida não ser capaz de prover os próprios filhos e zelar por seu patrimônio material.

Reitera-se aqui, que a trajetória do avô relacionada na petição não é o único meio de legitimação utilizado por Godói no pedido. O médico esmiuçou tudo acerca da sua própria carreira até então, mas não deixou de ter um grande cuidado em buscar e trasladar documentos oficiais comprovando os préstimos familiares de outrora. Mas o que levaria um neto, que ao que tudo indica, mal – ou nem – convivera com o avô tentar endossar a legitimidade de aprovação a um cargo através dos feitos de um antecedente ocorridos há mais de 8 décadas antes?

Primeiramente, é preciso demonstrar que os préstimos do avô foram realmente notáveis. O primeiro deles, em 1711 quando o então Alferes Espínola tinha apenas 22 anos de idade, e marchou em posse de armas e escravos para o Rio de Janeiro, e lá permaneceu por 5 meses a suas próprias custas ajudando os regimentos da Coroa a combaterem a Armada Francesa que invadira o Rio naquele ano.

Alguns anos depois, em 1715, o já Sargento Mor Bernardo Espínola e Castro colocou novamente a sua “tropa” de escravos a disposição *del Rey*. O sargento mor mobilizou seus próprios dispêndios e mais moradores da região juntamente com seus cativos para reprimir negros aquilombados no distrito do Brumado que andavam a

⁸⁷ Arquivo Histórica da Casa Setecentista de Mariana. Ações cíveis; 1º ofício; código 410; auto 8937; ano de 1738.

proferir insultos e cometer assassinatos de homens brancos, causando amedrontamento na população local. Obteve êxito na empreitada. Desmantelou o quilombo à custa de mortes de alguns quilombolas e fugas de outros, lhe rendendo a gratidão da população do Brumado, e mais créditos com a administração local e a Coroa⁸⁸.

No sequestro de bens do sargento mor Espínola está arrolado um plantel de 57 escravos e 4 armas, sendo 3 delas de fogo, a saber: 3 espingardas e uma espada. À grosso modo, existe uma disparidade entre número de escravos e as armas disponíveis. Logo, há de se refletir em dois fatores; primeiro, se as marchas realmente demandaram integralmente a escravaria de Espínola, e segundo, se ferramentas de cultivo, como as 5 foices, as 4 enxadas, os 4 machados encontradas na descrição de bens, dentre outras não figurassem nessas situações como armamentos rudimentares a esses escravos.

Em tal conjuntura, era de bom senso que não se armasse qualificadamente todos os escravos. Ao passo que o Estado receava por levantes de homens brancos munidos de verdadeiros exércitos de escravos armados, temia-se também revoltas escravas dos cativos contra os seus donos e o governo. Logo, os que tinham esse poder, eram legitimados por qualidades sociais, ou seja, gozavam de certa confiança entre as administrações locais, e sobretudo aqueles que utilizavam desse artifício em prol do império, teriam essa confiança maximizada. Portanto, a grande posse de escravos não denotava apenas os indivíduos dotados de valiosos bens, mas também os sujeitos que poderiam prestar essenciais serviços à Coroa. Tal fato corrobora a ideia de que, Minas Gerais das primeiras décadas do XVIII era uma sociedade de oportunidades de mercês e retornos econômicos para sujeitos que estivessem dispostos a contribuir para a expansão do Império Português⁸⁹. O que foi o caso do sargento Espínola.

Ainda em 1715, sem precisar de auxílio de armas ou escravos, mas com o prestígio não menos qualificado, o vereador mais velho da Vila do Carmo, sargento mor Espínola, foi um dos responsáveis pela arrecadação do Quinto daquele ano, que somaria mais de 6 arrobas de ouro aos cofres da administração fazendária.

Não seriam categoricamente – ou apenas – sentimentos de bondade, servidão e prestação que regiam essas ações. Num mundo calcado numa quase indisponibilidade de mobilidade social, atos gratuitos eram considerados como fatos raros e excepcionais.

⁸⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 51; Caixa 178; Documento 50.

⁸⁹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. **Almanack Brasileiro**, n.8, 2008.

A “graça” nesse caso, tinha como efeito compensador a possibilidade de nobilitar – e consequentemente proporcionar privilégios – o indivíduo e a sua sucessão familiar⁹⁰. Segundo o termo afirmado por Hespanha, na “economia do dom” – característica típica das sociedades de Antigo Regime –, o interesse nos benefícios a curto e longo prazo, eximiam todas as espontaneidades das ações dessa magnitude⁹¹.

O exemplo de Godói e seu “estimado” avô, não foge da lógica clientelar das sociedades de Antigo Regime. Os préstimos que em outrora foram “oferecidos” pelo avô, décadas e décadas depois justificavam a mercê que deveria ser “recebida” pelo neto. Toda a dedicação, dispêndios financeiros, e no caso de Espínola, riscos de morte, estão dissimulados por um falso desinteresse e paixão pela Coroa, onde o que está em jogo é o quão a “generosidade” vai ser recompensada. Da mesma maneira, o Império deveria retribuir o “empenho” com justiça, ou mesmo com exagero, já que “a redistribuição é necessária para garantir o reconhecimento da distribuição⁹²”.

Logo, nessa conjuntura política, econômica e sociocultural, esses tipos de ação

possuíam um caráter de norma e coexistiam, difusamente, com instâncias institucionais e jurídicas de onde ser corriqueiro o ato de conceder benesses aos amigos, parentes e cliente. Tal ato remonta, na realidade, às práticas dos Reis, senhores da Justiça e fontes de “graça”. Solicitavam-se ao soberano encargos e honrarias que, ao conceder as benesses, almejava consubstanciar laços políticos e de lealdade. A estrutura administrativa do Reino dependia, em grande parte, das delegações que o rei fazia de seu poder. Por meio da concessão de encargos e favorecimentos políticos, ele cooptava as elites locais⁹³.

Percebe-se que é pretendido com o volume de informações levantadas acerca do avô, afiançar através de feitos familiares à Coroa em outrora, a legitimidade de sua nomeação ao cargo pretendido, justificando nas bem feitorias de seu mais notável antecedente, o pedido de concessão do seu cargo. No caso citado, o passado do avô que foi apresentado dá o direito a Godói, o neto, de exigir uma recompensa, como se a Coroa portuguesa tivesse um vitalício débito com a família. Se acaso a “dívida” não fosse paga, ou se fosse procrastinada, não quer dizer que os laços necessariamente

⁹⁰ António Manuel Hespanha adverte que não existiria uma ação jurídica que demandasse a recompensa do ato a outrem, contudo, não era menor a exigência e a expectativa da retribuição. A negação do débito, subverteria assim, a honestidade dos costumes. HESPANHA, *op.cit.*, 2008; pp.182-6.

⁹¹ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. As redes clientelares. IN: MATOSO, José(org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

⁹² BOURDIEU, Pierre. *Marginalia*: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, v.2, n.2, 1996.

⁹³ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2004; pp.43-4.

seriam enfraquecidos, mas em contrapartida, certamente deixariam de se fortalecer ainda mais⁹⁴.

Comparando entre o que é destinado às informações relativas ao avô, o conteúdo que concerne à formação de Godói na petição, fica em plano secundário. O que dá a entender que, mesmo num contexto de ilustração e modernização do Estado português, cujos principais intuitos eram de romper com as tradições, o médico não dependeria apenas do peso do seu diploma, dos seus aportes teóricos e do seu conhecimento medicinal, mas ainda assim era dependente uma lógica típica do Antigo Regime, em que as concessões eram dadas em troca de serviços e lealdade ou mediante a comprovação de préstimos anteriores, seja pelo próprio interessado, ou como no caso de Godói, por legados familiares.

Não encontrou-se registros de quando exatamente veio a falecer o sargento mor Bernardo Espínola e Castro. A sua atividade econômica, como supracitado, cessou em 1734 e seus bens foram partilhados entre os herdeiros, ficando sob a administração do filho mais velho, já que o mesmo tomou a tutela dos menores de idade.

Na ocasião, Violante, a mãe de Godói, tinha apenas 15 anos de idade aproximadamente, se viu na condição de órfã, porém, pouco viveu sob os cuidados do irmão-tutor. Casando-se no ano seguinte com um vizinho e provavelmente parceiro de negócios do pai, em exatos doze meses depois de declarada a incapacidade do Sargento Espínola. Portanto, a agora Dona Violante, casada com um rico fazendeiro da região começava a traçar por ela mesma as particularidades de sua história.

2.2.2 – A mãe

No dia 2 de outubro de 1735, o reverendo Marcos Freitas Batista celebrava o casamento de Dona Violante de Godói e Castro com Manoel Pinto da Mota – arrematante dos bens do Sargento Mor Bernardo Espínola e Castro –, tendo como testemunhas que assinaram André Pinto e Pedro Dias Teixeira⁹⁵. Violante, na ocasião com apenas 16 anos, casava-se com um homem que possivelmente teria a idade do seu pai.

⁹⁴ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008.

⁹⁵ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Registros de Casamentos de Bandeirantes (1735-1807); prateleira A; n° 27; 02/10/1735; fl. 1.

Manoel Pinto da Mota já havia sido casado, e ficado viúvo do primeiro matrimônio. Da união anterior, com Serafina Gomes Oliveira, união legítima, provavelmente realizada em Portugal, nasceram 3 filhos.⁹⁶ O mais novo do primeiro casamento, José, era aproximadamente da mesma idade de Violante, 16, antecedido pelos mais velhos Eufrásia, de 17, e Manoel, de 18 anos⁹⁷.

A disparidade entre o número de homens brancos e mulheres brancas em Minas nas primeiras décadas da colonização, colocavam estas como “valiosas” entre os homens solteiros ou viúvos das elites de descendência portuguesa. O Estado e a Igreja receavam que a escassez de mulheres brancas disponíveis ao matrimônio resultasse na proliferação de uniões e concupiscências ilegítimas. Se para Igreja o receio maior era que aquela sociedade se entregasse as luxúrias e pecados carnavais de relacionamentos efêmeros que se davam longe dos olhos das autoridades eclesiásticas, o Estado tinha as mesmas preocupações sob outros vieses.⁹⁸

A administração portuguesa via no casamento, uma eficiente forma de manutenção dos laços de obediência entre colônia e metrópole. As revoltas de Vila Rica e Pitangui na década de 20 dos setecentos ainda estavam latentes na memória das autoridades locais, e, quanto mais as sociedades se miscigenassem, principalmente quando da uniões envolvendo homens brancos livres, mais os laços de interesses envolvendo a rica região das Minas e Portugal estariam comprometidos.⁹⁹

Neste sentido, se a Coroa desejava a continuidade da exclusividade dos caucasianos descendentes de Portuguesas nos cargos de administração local e das elites econômicas obedientes ao julgo do poder real, se fazia extremamente necessário que os arranjos matrimoniais se dessem majoritariamente entre brancos, e assim “o padrão da identidade com o poder metropolitano seria então preservado por gerações”¹⁰⁰.

⁹⁶ Acredita-se que o matrimônio tenha se dado em Portugal, uma vez que o mais novos dos filhos, José Pinto da Mota, diz no seu testamento ser filho legítimo de Manoel Pinto da Mota e Serafina Gomes Oliveira, natural de São Miguel, no Arcebispado de Braga. Portanto, é mais provável que assim como o mais novo, os mais velhos também sejam filhos do Reino, e que conseqüentemente a união legítima tenha se realizado lá. Tudo indica também que Manoel seja natural da mesma localidade. Ver: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício; código 48; auto 1070; ano de 1779; Inventário de José Pinto da Mota.

⁹⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício; código 93; auto 1999; ano de 1749; Inventário de Manoel Pinto da Mota. Em razão do inventariado não deixar testamento, não foi possível dar precisão quanto a idade e naturalidade de Manoel Pinto da Mota através dos dados obtidos no seu inventário, podendo se estabelecer uma estimativa apenas quanto a idade dos filhos herdeiros.

⁹⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla(Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁹⁹ FIGUEIREDO, *op.cit.*

¹⁰⁰ FIGUEIREDO, *op.cit.*: 170.

A própria maneira de como se dava o patriarcalismo dos grandes proprietários, geralmente portugueses, nas regiões tradicionais da América Portuguesa cooperava com os interesses do Estado. Como se confere, por exemplo, no caso de Dona Violante; filha de um grande proprietário português que acabou se casando com outro sujeito da elite econômica local, caracterizando assim um dos típicos arranjos matrimoniais endógenos das elites coloniais mineiras. O curto de espaço de tempo entre a declaração de insanidade do pai e do casamento, pode inclusive denotar que o casamento fora arranjado por Bernardo Espínola, ou possivelmente, pelo irmão-tutor, André. Há de se considerar, que para além das questões matrimoniais – que no caso de Dona Violante e Manoel, não se sabe se envolvia amor ou qualquer tipo de afetividade –, estavam jogo, vastos patrimônios econômicos e laços políticos sociais já firmados ou que estavam pra se consolidar.¹⁰¹

De fato, o matrimônio ocasionou uma importante movimentação econômica através da transmissão dos bens da órfã menor Violante, para os cuidados do marido, Manoel. Proveniente da herança do Sargento Espínola, foi destinado a Violante, e consequentemente a Manoel, um sítio com casas e lavra no valor de 1000 oitavas e outra lavra em Rio Abaixo no valor de 150 oitavas de ouro. Bem provável que também, parte dos 115 escravos que eram propriedade do casal, fosse originada da escravaria de do Sargento Bernardo e de Dona Maria.¹⁰²

Com Manoel da Mota, D. Violante teve 4 filhos: o mais velho Caetano Pinto da Mota¹⁰³, que mais tarde se tornaria padre; Maria Josefa de Godói, nascida por volta de 1741; Ana Joaquina de Godói¹⁰⁴, nascida por volta do ano de 1742; Gregório Pinto da Mota nascido em 1748, pouco antes do pai falecer, e que anos mais tarde se tornaria Furriel e faleceria como Capitão¹⁰⁵. Exceto no caso do Vigário Caetano Pinto da Mota, em que o Dr. Luís de Godói foi o inventariante, testamenteiro e herdeiro, não se sabe ao certo da proximidade entre o Dr. Godói e os meios-irmãos, tampouco com os filhos do

¹⁰¹ HESPANHA, *op.cit.*, 2008; pp.86-8.

¹⁰² Por não haver auto de partilha no sequestro de bens do Sargento Mor Bernardo Espínola e Castro, e também por ele não ter deixado testamento, não se sabe as disposições da divisão da propriedade material do casal entre os herdeiros.

¹⁰³ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício, código 124; auto 2495; ano de 1804; Inventário de Caetano Pinto da Mota.

¹⁰⁴ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 1º ofício, código 39; auto 887; ano de 1834; Inventário de Ana Joaquina de Godói.

¹⁰⁵ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 1º ofício; código 117; auto 2422; ano de 1843; Inventário de Gregório Pinto da Mota.

matrimônio anterior de Manoel da Mota, mas tudo indica, que seja mínima nos outros casos.

Manoel Pinto da Mota faleceu em 13 de abril de 1749 deixando viúva e 7 filhos com idades entre 6 meses e 32 anos, sendo todos os 4 provenientes do casamento com D. Violante, menores de 25 anos¹⁰⁶. Por não ter deixado testamento, os órfãos tiveram um tutor escolhido pelo juízo responsável da Câmara da Vila e os bens referentes a partes dos mesmos foram apregoados em praça pública. O fato da morte do marido ocasionou uma nova guinada na vida de D. Violante, não apenas pela desfavorável condição de viuvez, mas sim pelos fatos que se desencadearam após isso.

A tutela dos menores ficou por conta do cirurgião licenciado João Francisco Nogueira¹⁰⁷. Ele deveria zelar pelos mais de 1 conto de réis que cada um dos herdeiros recebeu em bens da partilha do montante mor do pai¹⁰⁸, e cuidar para que fossem providos aos infantes as necessidades básicas como educação, alimentação, habitação, religião e vestuário¹⁰⁹. Para que isso bem ocorresse, foi necessário que os bens dos herdeiros fossem leiloados em praça pública, e o tutor cuidaria do valor obtido nos trâmites de venda. Para os órfãos, tal prática significaria que uma vez privados do afeto cotidiano da mãe, pelos menos a vida material e as necessidades terrenas seriam satisfatoriamente estruturadas. Contudo, para D. Violante, o sujeito que arrematou os bens deixados aos seus filhos, seria num futuro próximo mais do que um simples comprador dos bens que eram seus em outrora.

2.2.3 – O pai

O Capitão Domingos Gonçalves Torres arrematou todos os bens que cabiam aos herdeiros menores Caetano, Maria, Ana e Gregório pela quantia de 17500 cruzados a

¹⁰⁶ O Código Filipino determinava que os meninos e meninas menores de 25 anos eram declarados menores incapazes, e, no caso da ausência do pai, a justiça deveria determinar um tutor para administrar os bens materiais dos órfãos até que os mesmos completassem os 25 anos. Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

¹⁰⁷ João Francisco Nogueira acabou se casando com Ana Joaquina de Godói, uma dos herdeiros que estavam sob sua tutela, porém deste matrimônio não houve filhos, segundo consta no testamento da própria. Antes disso o cirurgião havia pedido dispensa da tutela por ter adquirido o título de familiar do Santo Ofício, como consta no processo de inventário de Manoel Pinto da Mota. Ver o registro de casamentos também: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Registros de Casamentos de Bandeirantes(1735-1807); prateleira A; nº 27; 03/10/1760; fl. 30v.

¹⁰⁸ O monte mor do inventário de Manoel Pinto da Mota totalizou a considerável quantia de 19:516\$406, ficando para cada um dos órfãos menores o valor de 1:143\$151.

¹⁰⁹ HESPANHA, *op. cit.*, 2008; pp.81-95.

serem pagos em 10 parcelas anuais¹¹⁰. E como já havia acontecido no caso de Manoel Pinto da Mota, D. Violante casou-se com o arrematante dos bens do patriarca de sua família anterior, na primeira situação, do pai mentecapto, e posteriormente, do falecido marido.

Violante de Godói e Castro e Domingos Gonçalves Torres subiram ao altar no dia 26 de agosto de 1750. Na ocasião, o padre Geraldo José de Abranches celebrou o matrimônio que teve como testemunhas assinantes Antônio Gonçalves Torres, irmão de Domingos, e Dona Páscoa da Ressurreição¹¹¹. Em apenas pouco mais de um ano depois do seu marido anterior ter falecido, Violante já se casava novamente com uma das grandes figuras da elite fundiária local. O abastado português Domingos se casava pela primeira e única vez.

Domingos Gonçalves Torres era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Ceia, Termo de Monção no Arcebispado de Braga, e era filho legítimo de Manoel Gonçalves Torres e Maria da Rocha¹¹². Em Minas, constituiu juntamente com o irmão, Antônio, uma das maiores riquezas materiais do Termo da Vila do Carmo dos meados do século XVIII. Foi donatário de uma sesmaria de meia légua em quadra nas proximidades do Rio do Gualaxo do Norte, onde nas proximidades da terra doada, já era possuidor de terras e vasto plantel de escravos¹¹³. A administração local, a concessora das mercês, sabia das potencialidades de extração mineral do terreno, onde Domingos maximizou suas riquezas através do garimpo de metais preciosos.

O mercado de terras seja nas doações, vendas ou arrendamentos, tinha grande importância na fluidez da economia mineira colonial, sobretudo da primeira metade do XVIII. Legislações diversas foram instauradas para que o Estado tivesse o máximo de controle efetivo no que concernia às movimentações de terrenos nas vilas e sertões das Minas. Ademais, parte dos grandes senhores tinham, principalmente no que diz respeito aos plantéis de escravos, mais potencial de exploração do que terras próprias a se

¹¹⁰ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 2º ofício; código 93; auto 1999; ano de 1749; Inventário de Manoel Pinto da Mota; fl. 60.

¹¹¹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Registros de Casamentos de Bandeirantes(1735-1807); prateleira A; nº 27; 03/10/1760; fl. 18.

¹¹² Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 1º ofício; código 33; auto 786; ano de 1763; Inventário de Domingos Gonçalves Torres.

¹¹³ Revista do Arquivo Público Mineiro. *Cartas de Sesmarias*. Imprensa Oficial de Minas Gerais; v.4. 1899; pp. 891-2; [Carta de sesmaria] a Domingos Gonçalves Torres. A doação data de exatamente do dia 25 de fevereiro de 1737.

explorar. O que tornava as sesmarias lucrativos negócios, tanto para a Coroa como para elites locais¹¹⁴. Fator esse que se encaixava no caso de Domingos Torres.

Nas legislações conhecidas acerca das sesmarias, está implícito que, via de regra não se tratavam de doações de terras aos sesmeiros, podendo o governo retomar as propriedades caso os combinados não fossem cumpridos. Porém, em Minas, as cartas de sesmaria eram a revelia tomadas como garantias de posse, uma vez que o acelerado ritmo de vendas e trocas de terras na capitania dificultava o controle e ação do Estado no que dizia respeito das propriedades fundiárias. Teoricamente, o beneficiado recebia uma porção de terra e tinha até dois anos para começar a cultivar, ao passo que as rendas dos produtos obtidos nos terrenos das sesmarias eram impreterivelmente tributadas. E a Coroa, que ansiava em conhecer mais acerca do solo e dos recursos naturais a serem explorados na relativamente recente região das Minas, e que, no entanto, não tinha condições de fazer isso por si só, adotava uma lucrativa estratégia de resolução dessa questão¹¹⁵.

Nos registros de concessões constam que o Capitão Domingos Gonçalves Torres se estabeleceu como mineiro¹¹⁶, porém, o Capitão Torres também dedicou a sua parcela de terras concedida a outros negócios. Foram instalados na propriedade canaviais, engenho, alambique e caldeira, além de um forno para farinha e tendas de ferreiro e ferrador¹¹⁷ – que ao que tudo indica, serviam para manutenções internas.

Nos fins do ano de 1752 foi acometido por uma doença desconhecida que o deixou de cama. A gravidade da doença e o receio da morte fizeram com que Domingos desse abertura no seu testamento em 8 de dezembro do mesmo ano. Ao que tudo indica, a gravidade da doença que acometeu o Capitão tenha sido preponderante para os rumos e ritmos dos negócios. De cama e sem forças, provavelmente os lucros das fazendas estariam comprometidos. Neste momento para Domingos Torres parecia ser difícil haver uma figura de transferência de demandas, em caso de afastamento temporário, ou de substituição, em razão de óbito. Dona Violante, além da desfavorável condição

¹¹⁴ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais*(1674-1807). Juiz de Fora: UFJF, 2007.

¹¹⁵ CARRARA, *op. cit.*; pp.162-6.

¹¹⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, pp.226.

¹¹⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana; Inventários; 1º ofício; códice 59; auto 1305; ano de 1776; Inventário de Antônio Gonçalves Torres.

feminina¹¹⁸, se encontrava impossibilitada em razão de estar concentrada nos cuidados do recém-nascido João e grávida de José, respectivamente o primeiro e o segundo filho do casal.

A morte em razão da desconhecida doença, só veio de fato 10 anos depois, em 23 de dezembro de 1762. Não se sabe ao certo o grau de convalescência nesse período. É provável que tenha sido mínimo ou mesmo nenhum, pelo menos até meados de 1760, quando os bens do casal começaram efetivamente a serem vendidos. Nesse período de tempo, Domingos Torres e D. Violante ainda tiveram 2 filhos; Francisca, por volta de 1756, e o protagonista do estudo que se segue, Luis José, por volta do ano de 1761.

Os últimos dois anos de vida, bem como o estágio da moléstia que o acometia, foram acompanhados pelo médico Paulo Cabanas e Vila e pelo cirurgião João da Silva Ribeiro. O doutor Cabanas fez algumas visitas a Domingos Torres quando a doença piorou¹¹⁹, anteriormente ou concomitantemente ao cirurgião Ribeiro. Os médicos aprovados pelo partido da câmara, como no caso de Cabana, gozavam de maior legitimidade nos seus diagnósticos e prescrições, o que não impedia que frequentemente fossem recorridos aos préstimos dos cirurgiões, sangradores, barbeiros e curandeiros quando necessitada uma segunda opinião¹²⁰; caso do cirurgião João da Silva Ribeiro. Em ambos os casos os oficiais de cura não relataram qual foi a doença que acometeu Domingos Torres e tampouco a forma de tratamento adotada¹²¹.

Já na eminência da morte do Capitão, parte do restante dos bens da família também foi vendido. No entanto, novamente o que chama a atenção são os acontecimentos desencadeados depois das vendas do patrimônio material de Domingos

¹¹⁸ Em razão de um preceito jurídico fundamentado na fragilidade do sexo feminino numa sociedade de domínio patriarcal, as mulheres não podiam exercer ofícios cívicos e públicos, não podiam desempenhar magistraturas, nem advogar, não podiam dar fianças, e dentre muitos outros, não poderiam responder pelos bens dos órfãos senão por vontade atestada do marido. Ver: HESPANHA, *op.cit.*, 2008, pp.65-77.

¹¹⁹ Inventários; 1º ofício; código 33; auto 786; ano de 1763; Inventário de Domingos Gonçalves Torres; documento nº 2 dos anexos.

¹²⁰ ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

¹²¹ Foram encontrados anexadamente ao inventário de Domingos Gonçalves Torres os recibos e cobranças dos dois oficiais de cura citados no texto. Por se tratarem de cobranças/recibos da assistência realizada e não de diagnósticos detalhados, as informações quanto à doença e as formas de cura empregadas foram preteridas por ambos. Geralmente os inventários têm essa limitação quando do estudo da História da Medicina. Por se tratar de um tipo de documento calcado em descrições objetivas e práticas, muitas das vezes esse tipo de fonte negligencia importantes informações quanto aos estados de saúde dos indivíduos, as possíveis doenças que ocasionaram os falecimentos e os tratamentos adotados. No entanto, os claros vestígios dados pela fonte, não deixam de ser ricas portas de inserção de investigação acerca da História da Saúde e da Doença. Ver: QUADROS, Lucas Samuel ; OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado ; ROSA, Maria Cristina. *História da Saúde e da Doença: potencialidades evidenciadas nos inventários post-mortem*. In: **Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências**, Belo Horizonte, 2010; pp. 313-324.

Gonçalves Torres. Estratégias de proteção dos bens, inclusive dos vendidos, foram protagonizadas novamente por D. Violante.

2.2.4 - Luis José: o herdeiro, o filho, o irmão, o neto e o futuro médico

O primeiro comprador, João Ferreira Bastos abocanhou uma parcela no valor de 7:607\$552 réis do montante dos bens do Capitão Torres ainda em março de 1760. O valor pago por Bastos correspondia à meia parte das terras e a sesmaria concedida a Torres, e seus mais 90 escravos, o engenho, a lavra de ouro e as roças. Ficou estabelecido também que Bastos deveria pagar a quantia em parcelas anuais de 800\$000 réis até março de 1768, o que daria uma sobrevida financeira de mais 6 anos para a viúva e os órfãos.

O segundo comprador arrematou mais 7:200\$000 réis – correspondente a outra meia parte – dos bens de Domingos Gonçalves Torres 14 dias antes de seu falecimento, quando o mesmo nem deveria gozar plenamente das suas faculdades mentais para autorizar uma venda de tal magnitude. O beneficiado era ninguém menos que o Padre Caetano Pinto da Mota¹²², filho mais velho do primeiro casamento de D. Violante. Caetano deveria pagar a quantia total em parcelas anuais de 400\$000 réis, o que garantia novamente à família uma considerável renda anual que duraria 18 anos.

Renda essa que seria administrada por D. Violante, como era de vontade do Capitão Domingos Torres. Diferentemente do que aconteceu com Manoel Pinto da Mota, que morreu sem testamento, nas disposições testamentárias de Domingos Gonçalves Torres constavam que o Capitão gostaria que a tutoria dos órfãos e seus bens ficassem por conta da mãe, D. Violante. Fator esse, que pelo que se analisou, foi preponderante para a formação dos filhos do casal, inclusive da ida de Luis José para Coimbra, mais de duas décadas depois do falecimento do pai.

No momento da morte de Domingos Gonçalves Torres, D. Violante que foi testamenteira e inventariante começou a tomar as rédeas da situação econômica da família de maneira efetiva. Cobranças ativas e passivas diversas – muito comuns quando da existência de herdeiros menores de idade – passaram pelo crivo e assinatura da viúva. Novamente viúva, e desta vez com a responsabilidade de administração dos

¹²² No catálogo de inventários da Casa Setecentista de Mariana, o nome está registrado como Caetano Pinto da Mota, contudo, o nome aparece escrito como Caetano Pinto da Mota e Castro algumas vezes no processo de inventário e testamento.

bens, D. Violante precisava traçar por ela mesma os planos de manutenção dos bens e o futuros dos filhos num contexto de instabilidade econômica causada pela decadência progressiva da extração aurífera¹²³. Relacionar-se-á agora, alguns fatos que dão vestígios das possíveis estratégias de manutenção dos bens e rendas da família realizadas por D. Violante, e que de alguma maneira, futuramente colaborariam para ida de Luís José para Coimbra:

Primeiramente, quanto à parte de Caetano Pinto da Mota, é bem provável que os bens comprados por ele tenham ficado por algum tempo necessariamente sob administração da mãe, D. Violante. Chega-se a essa conclusão depois da análise dos bens arrolados no inventário do Padre Caetano da Mota. Apesar de ter sido expedida escritura de compra e venda da negociação, o montante mor com que faleceu o Vigário, 32 anos depois da morte do padraсто, era menos da metade do valor despendido para compra de bens de Domingos Torres. Quando morreu em 1804, entre os bens mais valiosos de Caetano estavam 12 escravos e uma morada de casas e roças no Rio do Peixe, em São Caetano. O inventariante e o testamenteiro principal foi o Dr. Godói, contando com o auxílio da mãe, a ainda viva D. Violante.

Não se sabe ao certo se a venda se tratou de uma troca fantasma, ou se fato houve e o Padre Caetano diluiu – como será discutido mais a frente – os bens no decorrer das três décadas entre a aquisição e seu falecimento. Mas ambos os casos seriam lucrativos à D. Violante que teria os bens e as rendas provenientes deles sempre por perto, no seio da família. Sobretudo no caso do Vigário, que não poderia se casar e colocar a propriedade em divisão com cônjuge. Quanto à outra grande parte vendida a João Ferreira Bastos, o matrimônio novamente foi um aliado de D. Violante.

Bastos foi comprador meia parte dos bens do casal antes mesmo de Domingos Torres falecer. Dona Violante, que anualmente prestava conta dos preços despendidos por João Ferreira Bastos, no ano imediato depois da morte do marido, em 1763, anunciava que Bastos era seu mais novo genro, pois havia se casado com Maria Josefa; filha de seu casamento com Manoel da Mota. Em razão deste matrimônio, João Ferreira Bastos, que passaria a ser o administrador dos bens da nova esposa – inclusive a herança –, ganhou um abatimento de mais de 2 contos de réis do que tinha de dívida com D. Violante¹²⁴, todavia não deixou de continuar pagando a quantia até a quitação.

¹²³ ALMEIDA, Carla Carvalho; *op. cit.*

¹²⁴ O valor original da quantia é de 1:875\$037, que acrescidos juros dos meses de demora dos trâmites do processo ficou em 2:069\$224. Por alguma razão desconhecida, D. Violante ainda devia a quantia de

Dona Violante, assim como havia feito no caso do filho Caetano, manteve também essa parte dos bens no círculo familiar.

Alguns anos depois, a parte cabida a Caetano da Mota, por algum motivo ficou sob o poder do irmão de Domingos, Antônio Gonçalves Torres¹²⁵. Antônio Torres e João Bastos foram sócios até a morte de Antônio em 1776. Cada um dos dois era proprietário de meia parte nos terrenos do engenho e da lavra que Domingos ergueu às margens do rio Gualaxo do Norte, bem como o plantel de 178 escravos que por lá estava. Os dois também estiveram em meação nas propriedades de São Sebastião, que constavam ter lavras, casas de morada e sítio de roças.

Nesse momento, D. Violante já não tinha mais os bens materiais da família sob sua administração, mesmo que de alguma maneira esses bens permanecessem por perto. A condição de viuvez, os filhos mais novos ainda de colo e a já avançada idade que se encontrava, seriam fatores desfavoráveis a intenções de ela continuar levando os negócios do falecido marido à diante. Contudo, D. Violante conseguiu com os trâmites de vendas, consideráveis rendas anuais que durariam quase duas décadas. Isso seria suficiente para prover os órfãos de suas principais necessidades.

Mais do que abdicar dos bens, D. Violante adotou – tudo indica que conscientemente – uma política de esvaziamento de despesas, como por exemplo, com alimentação, vestimentas e saúde de escravos; manutenção de lavras e engenhos, e consequentemente com as dívidas recorrentes, caso se mantivesse economicamente ativa. Ou seja, os pagamentos referentes aos bens vendidos viriam na forma líquida e seriam gastos efetivamente com ela e a família. O que daria uma sobrevida ao núcleo

herança à filha do primeiro casamento, Ana e seu marido João Francisco Nogueira. Provavelmente por não ter o dinheiro em forma líquida ou algum bem que fosse legalmente vendável, D. Violante precisou recorrer a João Ferreira Bastos para quitar a dívida com a filha Ana e o genro. O valor de 2:223\$024 que Bastos pagou por D. Violante, também foi debitado da dívida original que este tinha com a viúva e os órfãos. Ver: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários; 1º ofício; código 33; auto 786; ano de 1763; Inventário de Domingos Gonçalves Torres; fl. 6 da documentação anexa.

¹²⁵ Acredita-se que a parte de Caetano Pinto da Mota tenha ficado sob propriedade de Antônio Gonçalves Torres em razão da proximidade dos valores dos referidos bens arrolados no inventário de Antônio Torres e a quantia de compra dos bens por parte de Caetano que foi declarada nos bens de Domingos Torres. Retomando o que já foi dito, Caetano Pinto da Mota adquiriu a meia parte dos bens do padrastrô Domingos, por 7:200\$000; e no detalhamento dos valores dos bens com que Antônio faleceu aparecem: a Fazenda do Engenho Real no Gualaxo do Norte(4:350\$900), a meação de uma lavra de ouro em São Sebastião com Ferreira Bastos(800\$000), Sítio de terras não cultivadas em São Sebastião(100\$000), outra meia parte de fábrica de minerais com João Ferreira Bastos em São Sebastião(350\$000) e mais 80 escravos nas propriedades de São Sebastião. Os bens de raiz totalizam um valor de 5:600\$900 e provavelmente os escravos completam a razão equivalente aos mais de 7 contos pagos pelo vigário Caetano.

familiar pelo menos até os órfãos crescerem e terem condições de suprir as suas próprias necessidades.

Os recursos financeiros na sua forma líquida seriam preponderantes para que a mãe pudesse propiciar aos seus filhos diversos benefícios estruturais, como por exemplo, a educação.

Não foram encontrados nos processos de inventário, relação de dispêndios com professores de primeiras letras aos infantes, mas pelo menos no caso de Godói, ela aconteceu. Do contrário, o jovem Luís José sequer iria conseguir ingressar em Coimbra, devido aos rígidos requisitos de entrada. Tanto os recursos culturais quanto os financeiros seriam essenciais ao ingresso de Luis de Godói em Coimbra.

Não se sabe ao certo o que motivou Godói a se tornar um indivíduo das letras, ou mesmo se foi uma escolha dele adentrar ao ensino superior. O que de fato aconteceu é que Luis José de Godói Torres foi um dos beneficiados por um grandioso projeto político português da segunda metade do século XVIII que seria fundamental à conformação de uma nova intelectualidade luso-brasileira. E ele só fez parte desse êxodo de jovens brasileiros estudantes em Coimbra por ser membro de uma elite local, sobretudo em critérios econômicos. Ou seja, a gênese da carreira do Dr. Godói foi gestada desde antes do seu nascimento, perpassando a infância e juventude num ambiente de elite, que constavam privilégios, prevaricações e estratégias de manutenção hegemônica.

Portanto, tentou-se estabelecer neste capítulo parâmetros de compreensão sobre o que de fato fazia as famílias Torres, Castro, Godói, Mota e outras aqui citadas, como famílias de elite de Mariana no século XVIII. Achou-se importante esmiuçar as movimentações econômicas e sociais de familiares de aproximados e afastados graus que de alguma maneira foram importantes à formação pessoal e profissional do Dr. Luis José. Se Godói tornou-se médico e obteve cargos de prestígio porque se beneficiou de uma política de cooptação de membros de uma elite colonial, logo, a escrita deste capítulo foi guiada pela tentativa de obtenção de um panorama das comunhões de pessoas, bens, valores e deveres de cooperação que caracterizavam o cotidiano destas famílias de elite na América Portuguesa¹²⁶. Apresentou-se o avô, os pais e irmãos com o intuito de se compreender melhor quem era o neto, o filho e irmão que de alguma maneira veio a se tornar médico.

¹²⁶ HESPANHA, *op.cit.*, 2008; pp.88-93.

No próximo capítulo, apresentar-se-à os principais fatores da formação profissional do médico Luis José de Godói Torres, tomando como referência prioritariamente as formas com que sucederam a ida de Godói a Coimbra, o tempo que o mesmo esteve na Universidade – analisando as possíveis motivações para a graduação em medicina –, a formação profissional acadêmica, as redes sociabilidade tecidas do outro lado do oceano e a biblioteca do Doutor, que começou a ser formada durante os anos de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que no fim do sua carreira, Luis José de Godói Torres, alcançou o maior posto que um médico poderia ocupar dentro da Capitania de Minas, a saber: o de Físico-Mor da Capitania. Além do mais, gozava de respeito em toda Minas em razão de suas conhecidas especialidades¹²⁷. Contudo, optou-se neste estudo biográfico por não fazer uma trajetória integral e exata da vida do médico, priorizando assim, os primeiros anos de atuação, e conseqüentemente, as primeiras estratégias de ascensão profissional utilizadas. Preferiu-se privilegiar a fase de formação e dos primeiros anos da carreira do Dr. Godói justamente por ela estar em concomitância com o início de um contexto político de estabelecimento do racionalismo e modernidade no Império Português, principalmente no que diz respeito ao aparato administrativo.

¹²⁷ O conhecimento do Dr. Godói acerca das plantas medicinais nativas e indígenas de Minas Gerais era reconhecido em todo Império Português, fator que ocasionou uma publicação do médico no conhecido periódico *O Patriota*. TORRES, Luís José de Godói. *Plantas medicinais indígenas de Minas Gerais*. *O Patriota*, p. 62-73, mai.-jun. 1814.

A forma ambígua de como se deu o Reformismo Ilustrado Português, no ténue equilíbrio entre reformar e conservar¹²⁸ acabou por complexificar a experiência do pensamento medicinal ilustrado na América Portuguesa. Os sujeitos que, segundos os Estatutos de 1772 deveriam dominar a “arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens”¹²⁹ foram também os homens que se beneficiaram de espaços de atuação e ascensão profissional na medida em que conservavam e restabeleciam os laços entre a América e a Metrópole Portuguesa.

Sendo assim, através da análise da trajetória do Dr. Godói, entende-se que essa geração de sujeitos da ciência gestada em Coimbra pós 1772, formava-se conjugando de maneira intrínseca seus conhecimentos adquiridos em suas respectivas áreas às necessidades econômicas da Nação Lusitânia¹³⁰. E, não apenas a metrópole seria beneficiada dessa política fomentista de incentivo à ciência. O avanço das técnicas de exploração de recursos naturais expandiria até os longínquos territórios coloniais, o pensamento ilustrado da Europa¹³¹. As demandas econômicas da colônia não acentuariam somente a circulação de amostragens e mercadorias, mas também de conhecimento. Autores, técnicas e pensamentos seriam inseridos no contexto colonial¹³², e ascensão inicial da carreira do Dr. Godói, mostra que ele estava atento a conjuntura política.

Recém-formado no contexto da “dobradinha” que tanto trouxe benefícios ao Império Português e conseqüentemente desenvolvimento à Capitania de Minas Gerais, entre o ministro dos domínios ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho e do então governador, Bernardo José Maria Lorena e Silveira; Godói se fez notar como um homem de ciência, sobretudo dentro dos objetivos de modernização de Coutinho a frente do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

E num contexto em que sedições baseadas em questionamento da legitimidade da ligação entre a colônia e a metrópole aconteciam em variadas partes da América Portuguesa, especialmente em Minas, onde a emblemática Inconfidência Mineira se fazia latente na memória dos mineiros e da Coroa, esses homens de ciência colocaram seus conhecimentos a serviço do reformismo que visava manter a integridade do

¹²⁸ VILLALTA, *op. cit.*

¹²⁹ *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772; pp.17.

¹³⁰ CRUZ e PEREIRA, *op.cit.*, 2009b.

¹³¹ VARELA, *op. cit.*

¹³² KURY, *op. cit.*, 2004.

império lusitano¹³³. E a ciências e os benefícios que foram resultados a Minas, corroboraram por atenuar o pensamento sedicioso do período, sobretudo onde ele se fazia mais eminente, que eram as elites intelectuais. O que Caio Boschi trata especificamente ao dizer que,

habilmente, no exercício prático de seu reformismo ilustrado, o Estado procurou amortecer nessas elites o potencial dos seus representantes ao regressarem ao seu país de origem, se entregassem a atividades reprodutoras do saber que fossem contrárias a manutenção dos laços de dependência que uniam essas duas partes do Império Português¹³⁴.

Se o Império Português estabeleceu um modelo ideal de práticas científicas a serem seguidas nos domínios ultramarinos – dentre as quais, aqui se destacou as medicinais – entende-se que uma das possibilidades de se ter a noção da recepção desse modelo na América Portuguesa, é analisar cuidadosamente a trajetória dos sujeitos responsáveis pela expansão da ação modernizadora do Estado Português. Conferiu-se, que como no caso de Godói, cargos, títulos e mercês foram distribuídos entre esses sujeitos. Ao passo que o desenvolvimento se seguia, os intelectuais se atinavam às demandas econômicas e se enquadravam nos ideais reformistas do Império. E essa trama, permitia que esses indivíduos gozassem em quase todas as suas carreiras, desde o início ao fim, de espaços de ascensão. Contudo, os sucessos profissionais, que no caso da medicina deveriam estar direcionados ao benefício da saúde dos povos, obstante estavam diretamente ligados ao quão os médicos estavam dispostos a se acondicionar às ordens e necessidades da Coroa.

¹³³ VARELA, *op. cit.*

¹³⁴ BOSCHI, Caio César. *A Universidade de Coimbra e formação intelectual das elites mineiras coloniais. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991; pp.108.

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Registros de Casamentos de Bandeirantes(1735-1807); prateleira A; nº 27.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Ações cíveis; 1º ofício; códice 410; auto 8937; ano de 1738.

Inventários; 1º ofício; códice 17; auto 494; ano de 1803; Inventário de Antônio Teixeira de Carvalho.

Inventários; 1º ofício; códice 21; auto 573; ano de 1727; Inventário de Maria de Godói Moreira.

Inventários; 1º ofício; código 33; auto 786; ano de 1763; Inventário de Domingos Gonçalves Torres.

Inventários; 1º ofício, código 39; auto 887; ano de 1834; Inventário de Ana Joaquina de Godói.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana; Inventários; 1º ofício; código 59; auto 1305; ano de 1776; Inventário de Antônio Gonçalves Torres.

Inventários; 2º ofício; código 48; auto 1070; ano de 1779; Inventário de José Pinto da Mota.

Inventários; 2º ofício; código 61; auto 1369; ano de 1800; Inventário Vitorino Ferreira de Barros.

Inventários; 2º ofício; código 93; auto 1999; ano de 1749; Inventário de Manoel Pinto da Mota.

Inventários; 2º ofício; código 123; auto 2469; ano de 1734; Sequestro de bens de Bernardo Espínola e Castro.

Inventários; 2º ofício, código 124; auto 2495; ano de 1804; Inventário de Caetano Pinto da Mota.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

CD 42; Caixa 143; Documento 8.

CD 42; Caixa 143; Documento 46.

CD 43; Caixa 148; Documento 36.

CD 48; Caixa 160; Documento 115.

CD 51; Caixa 178; Documento 50.

Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos

Coleção Casa dos Contos – I-10, 16, 014, nº001.

Coleção Casa dos Contos - I-10, 18, 026, nº001.

Coleção Casa dos Contos – I-26, 34, 002 nº 004.

Coleção José Bonifácio – I-4, 32, 080.

FONTES IMPRESSAS:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1712.

FERRÃO, Antônio Duarte. *Palito métrico: lavrado no Lorvão da Pachorra com a ferramenta da cachimônia*. Coimbra, 1765.

Revista do Arquivo Público Mineiro. *Cartas de Sesmarias*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.4. 1899; pp.847-924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Jean Luiz Neves. *As práticas científicas no contexto medicinal luso-brasileiro do século XVIII: trajetórias individuais e redes de sociabilidade na historiografia*. **Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2011.

_____. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2004.

BOSCHI, Caio César. *A Universidade de Coimbra e formação intelectual das elites mineiras coloniais*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima(org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011; pp.9-48.

BOURDIEU, Pierre. *Marginalia*: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, v.2, n.2, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais(1674-1807). Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1987.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Negócios, contratos e a administração fiscal nas Minas Gerais*: os conflitos de jurisdição e os poderes locais(1780-1815). **Anais do Congresso Internacional de Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**, Lisboa, 2011.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Negociações e reciprocidades*: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. **Almanack Braziliense**, n.8, 2008.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência e memória*: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**, v.14, n.1, 2009.

_____. *Ciência, identidade e cotidiano*: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, 2009.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

EUGÊNIO, Alisson. *As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das Luzes*. **Varia História**, Belo Horizonte, n.23, 2000, pp.154-63.

_____. *Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo*. **Varia História**, v.25, n.41, 2009; pp.227-44.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 1998. Tese. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Barbeiros e cirurgiões: a atuação dos práticos ao longo do século XIX*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.6, n.2, 1999.

_____. Reflexões sobre os caminhos da história da medicina no Brasil. In: CONDÉ Mauro Lúcio Leitão e Figueiredo, Betânia Gonçalves. (Orgs.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2005; v. 01, pp. 147-170.

FIGUEIREDO, Fernando B. *A faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra(1772-1820): um ensaio estatístico*. **Suplemento do Boletim da SPM 65**, Coimbra, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla(Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006; pp. 141-88.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: CASIMIR, Ana Paula Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinet; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. 1ª ed. Campinas/ São Paulo: Alínea, 2009, v. 1, p. 25-35.

FONSECA, Paulo Miguel. *O contratador João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar no século XVIII*. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.125, 2008; 29-55.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, 2005.

_____. *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. 1ª edição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

GARRIDO, Felipe Moura. *Guaratinguetá e Cunha sob influência da política ilustrada portuguesa(1788-1808)*. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.1, 2010.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e A Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GROSSI, Ramon Fernandes. *Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas setecentistas*. **História & Perspectivas**, Uberlândia, (29 e 30), 2004.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. As redes clientelares. IN: MATOSO, José(org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008.

KURY, Lorelai Brilhante. *A ciência útil em O Patriota(Rio de Janeiro, 1813-1814)*. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.4, n.2, 2011.

_____. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações(1700-1810)*. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v.11, 2004.

LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. IN: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *O criador e a criatura: o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e o Horto Botânico de Vila Rica*. In: ALEGRIA, João. **Projeto Vale dos Contos**. Ouro Preto: 2012.

_____. *Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, 2009.

MALATIAN, Teresa. *A biografia e a História*. **Cadernos CDEM**, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2006.

MORAIS, Francisco. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra*. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.62, 1940.

NOGUEIRA, André Luís Lima. *Doenças de feitiço: as Minas setecentistas e o imaginário das doenças*. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n.47, 2012; pp.259-78.

_____. *Universos coloniais e enfermidades dos negros pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, 2012; pp.179-96.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*. Universidade Estadual de Campinas(Dissertação de mestrado em História), Campinas, 1997.

PINTO, Francisco Eduardo. *Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750-1822)*. **Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira – CEDEPLAR/UFMG**, Diamantina, 2010.

QUADROS, Lucas Samuel; OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado; ROSA, Maria Cristina. *História da Saúde e da Doença: potencialidades evidenciadas nos inventários post-mortem*. In: **Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências**, Belo Horizonte, 2010; pp. 313-324.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência os trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado em Educação), Campinas, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração do Império Português no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho de (Org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: EDUFOP, 1998, pp.166-9.